CADERNOS
PENSE
BRASIL

MEIO AMBIENTE:
FRONTEIRAS E PROFUNDIDADES NO BRASIL SUSTENTÁVEL

MACAPÁ, outubro, 2019 - Nº 3

PENSE BRASIL

Fundação João Mangabeira

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSB
Socialismo e Liberdade

MEIO AMBIENTE

CADERNOS

PENSE BRASIL

MEIO AMBIENTE:

FRONTEIRAS E PROFUNDIDADES NO BRASIL SUSTENTÁVEL

Copyright ©Fundação João Mangabeira 2019

Diretor Presidente
Ricardo Coutinho

Diretor Vice-presidente
Alexandre Navarro

Diretor Financeiro
Renato Xavier Thiebaut

Diretor de Estudos e Pesquisas
Carlos Amastha

Diretor de Organização
Fabio Maia

Conselho Curador
Presidente
Carlos Siqueira

Membros Titulares
Adilson Gomes da Silva
Álvaro Cabral
Cristina Almeida
Dalvino Franca
Felipe Martins
Francisco Cortez
Gabriel Maia
Jairon Nascimento
James Lewis
Joilson Cardoso
Manoel Alexandre
Paulo Bracarense
Ricardo Coutinho
Serafim Corrêa
Silvânio Medeiros
Vera Regina Müller

Suplente
Henrique Antão

Conselho Fiscal
Membros Titulares
Ana Lúcia de Faria Nogueira
Carlos Magno Barbosa do Amaral Junior
Gerson Bento da Silva Filho

Suplentes
Alessandro Antônio Stefanutto
Paulo Sérgio Bomfim

Cadernos Pense Brasil
Coordenação-Geral
Fabio Maia

Coordenação Editorial
Márcia Rollemberg

Assessoria de Comunicação
Luciana Capiberibe

Edição
Instituto Paulista de Cidades
Criativas e Identidades Culturais (IPCCIC)

Pesquisa e Texto
Adriana Silva
Fernanda Rosas Pires de Saboia
João Eduardo do Nascimento Fonseca
Tamara Ilinsky Crantschaninov

Projeto Gráfico
Diagramação: Adriana Silva
Fotos da capa: Divulgação
Fotografia: Marcus Mendes
Revisão: Eva Barbosa

Assessoria de Comunicação e Redes Sociais
Muganga Criativa Comunicação Digital

Distribuição: Versões impressa e eletrônica
Tiragem: 3 mil exemplares
Acesso e *download*: http://fjmangabeira.org.br/pensebrasil

Catalogação na publicação (CIP)

F981b
Cadernos Pense Brasil: Meio Ambiente: Fronteiras e Profundidades no Brasil Sustentável/Fundação João Mangabeira. - Macapá: Editora FJM, 2019 - nº 3, outubro - mensal.

56 p.il. color 21 x 27cm

1. Política - Brasil. 2. Meio Ambiente. 3. Amazônia. 4. Sustentabilidade I. Título. II. Fundação João Mangabeira (FJM).

ISSN 2674-7995

CDD 320
CDU 32 (81)

Fundação João Mangabeira
Sede própria – SHIS QI 5 – Conjunto 2 – Casa
CEP 71615-020 – Lago Sul – Brasília, DF
Telefax: (61) 3365-4099/3365-6277/3365-5279
fjm@fjmangabeira.org.br
www.fjmangabeira.org.br
www.facebook.com/Fjoaomangabeira
twitter.com/fj_mangabeira
www.instagram.com/fjmangabeira
www.tvjoaomangabeira.org.br
www.observatoriodademocracia.org.br

Foto: Acervo FJM, 2019.

APRESENTAÇÃO

Realizar a terceira edição do ciclo de conferências nacionais Pense Brasil, promovida pela Fundação João Mangabeira (FJM), do Partido Socialista Brasileiro (PSB), na cidade de Macapá, no Amapá, foi como levar o tema Meio Ambiente: Fronteiras e Profundidade no Brasil Sustentável para dentro de seu núcleo mais representativo.

As falas dos palestrantes, todas altamente qualificadas, reverberaram a necessidade da tomada de decisões que, pensadas para proteger a Amazônia, consolidem, na mesma medida, um modelo de relação benéfico entre o povo brasileiro e o meio ambiente, considerando toda a potencialidade nacional e a vocação natural dos habitantes da Região Amazônica.

Embora esse tema nunca tenha saído da pauta do PSB, mais recentemente, por movimentos equivocados, protagonizados pelo Governo Federal, o debate ganhou relevância e dimensão política. As dualidades entre exploradores e preservacionistas, entre o Brasil e o restante do mundo interessado, muitas vezes têm minimizado uma reflexão ainda mais profunda que é a do desenvolvimento sustentável. Esse foi o cerne do Pense Brasil terceira edição, realizado no dia 19 de outubro.

Apresentados pelos painelistas, os caminhos abertos, sólidos e harmônicos, levam em direção a esse universo desejado do desenvolvimento com responsabilidade sustentável sem prejuízo à Nação e com resultados favoráveis às muitas comunidades da Região Norte do País que, ao se desenvolverem a partir dos produtos possíveis derivados do meio ambiente amazônico, colaboram com o crescimento econômico do Brasil.

Nosso País não suporta mais decisões unilaterais que o deixe subjugado, sem condições de posicionamentos certeiros. A propagação recorrente de redes de conversações que desqualificam o debate tem prejudicado a trajetória de desenvolvimento da Nação, muitas vezes de maneira intencional e leviana.

A certeza da FJM é que tem colaborado com suas práticas cotidianas, em especial, com as edições do Pense Brasil, para ampliar a oxigenação das ideias progressistas, de maneira a colocar os temas correlatos ao País em evidência. O debate é enriquecedor. Apresenta dados, fatos e permite o aprofundamento necessário para proporcionar a compreensão da realidade. Por isso, seguir propagando as teses do PSB tem sido meta constante da Fundação João Mangabeira.

Até aqui, cabe-nos agradecer a todos os que não se furtaram a esse embate de ideias e reforçar o convite para que continuem, certos de que esse é o melhor caminho para a reversão social que todos os progressistas desejam.

Ricardo Coutinho
Presidente da Fundação João Mangabeira

Manifesto Pense Brasil

a favor do Meio Ambiente e do Brasil Sustentável

Fundação João Mangabeira

NÃO vamos **desistir** *do* **Brasil**

Eduardo Campos

Manifesto Pense Brasil
a favor do Meio Ambiente e do Brasil Sustentável

Outubro de 2019 – Macapá/AP

Compreendendo as diversas manifestações registradas durante o evento Pense Brasil Meio Ambiente: Fronteiras e Profundidades do Brasil Sustentável, promovido pela Fundação João Mangabeira (FJM) do Partido Socialista Brasileiro (PSB); considerando as colocações realizadas e seu potencial propositivo, firma-se, por meio deste documento, o Manifesto Pense Brasil em prol do Meio Ambiente e da Sustentabilidade.

O quadro diagnóstico apresenta o seguinte cenário:

- A Amazônia é contemplada com apenas 3% a 5% dos recursos federais, insuficientes para promover o desenvolvimento econômico sustentável de forma integrada à população local;
- Há uma descoordenação entre as ações de todos os atores presentes na região (governo federal, estaduais, prefeituras, organizações internacionais e da sociedade civil, atores privados, movimentos sociais, comunidades tradicionais). Essa descoordenação dá origem a ações sobrepostas, desintegradas e que não atendem à população local;
- A proteção legal de áreas de florestas com unidades de conservação e terras indígenas compreende 47% da floresta amazônica;
- Na região com o maior manancial de água doce do mundo, também se convive com a falta de água potável em cidades ribeirinhas. Em termos de tratamento de esgoto, somente 29 dos 760 municípios amazônicos estão cobertos;
- Em agosto de 2018, o desmatamento da Região Amazônica cresceu 222%, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), revelando o total descaso do governo federal com políticas de conservação ambiental. Cerca de 20% da Floresta original já está desmatada;
- Cerca de 40% das 215 milhões de cabeças de gado do País estão em áreas amazônicas, enquanto a pecuária ocupa 80% da área desmatada da região;
- A produção de soja ocupa 47,3 mil hectares da Região Amazônica, de forma ilegal, também na região desmatada, segundo relatório da Moratória da Soja (2018);
- Na Amazônia, existem mais de 450 insumos de biodiversidade já reconhecidos e com capacidade de gerar produtos de alto valor agregado;
- Cerca de 180 povos tradicionais e indígenas vivem na Região Amazônica, demonstrando a diversidade ética-cultural desse local, que precisa ser considerada em qualquer política pública e ação governamental.

A FJM defende como prioridades nesse

campo:

1. Tratar a Região Amazônica como absoluta prioridade nacional, no âmbito do desenvolvimento sustentável, unindo todos os atores nacionais em um projeto de valorização regional, com intenso investimento em ciência e tecnologia;
2. Valorizar sua imensa biodiversidade e as riquezas de seu conhecimento, seus ativos biológicos e genéticos;
3. Criar um ecossistema de inovação, vinculado à quarta revolução industrial, específico da Amazônia, fortalecendo a Terceira Via e o conceito de Amazônia 4.0, para aplicar combinações tecnológicas digitais, biológicas e materiais avançadas, aos recursos naturais renováveis, ativos biomédicos, serviços ambientais, às moléculas e aos biodiversos;
4. Equacionar atividades econômicas, benefícios para a sociedade e conservação do meio ambiente;
5. Consolidar os zoneamentos ecológico e econômico das sub-regiões, definindo as respectivas vocações, condição prévia do planejamento;
6. Proteger as unidades de conservação e terras indígenas da região;
7. Rever profundamente a questão fundiária, eliminando a grilagem e as propriedades particulares com mais de 10 mil hectares. Não emitir mais títulos de propriedade da terra, mas somente concessões que serão renovadas apenas com o cumprimento ferrenho da legislação;
8. Definir projetos de reocupação das áreas desmatadas com atividades compatíveis, barrando o avanço destrutivo do agronegócio;
9. Rever e aperfeiçoar o modelo de reservas extrativistas, para ampliá-las nos locais em que forem adequadas e viáveis;
10. Priorizar as hidrovias e um modelo de logística de transporte que privilegie a utiliza-

ção dos recursos disponíveis na região;

11. Estabelecer um cuidadoso planejamento de longo prazo para os aproveitamentos energéticos e minerais que sejam essenciais ao desenvolvimento brasileiro, minimizando seus impactos socioambientais;

12. Fortalecer o conceito de "florestania", a cidadania dos povos da floresta, que privilegia o desenvolvimento humano em convergência com a conservação ambiental;

13. Valorizar os saberes locais e tradicionais como parte da cultura brasileira e nos processos educacionais de sua população;

14. Criar mecanismos autênticos de empoderamento socioeconômico dos povos da floresta;

15. Refutar incisivamente a comercialização internacional de produtos da Amazônia na condição de matéria-prima barata;

16. Investir em pesquisa e inovação tecnológica com o objetivo de criar derivados dos produtos amazônicos, fortalecendo alternativas de economia local.

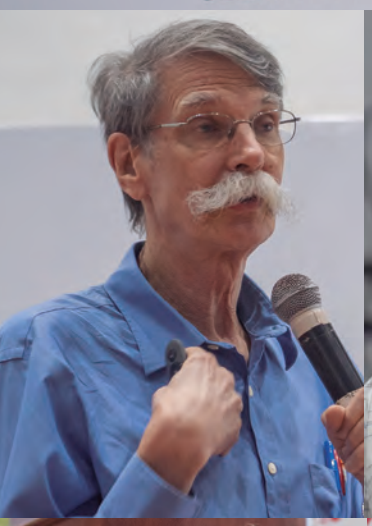
PROGRAMAÇÃO

Mesa de Abertura
CARLOS SIQUEIRA
Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro
ALEXANDRE NAVARRO
Vice-Presidente da Fundação João Mangabeira

Mesa 1
Promover a conservação e o desenvolvimento sustentável na Amazônia: Utopia ou realidade?
ISMAEL NOBRE
Diretor Científico do Projeto Amazônia 4.0
JOÃO CAPIBERIBE
Ex-Governador do Amapá e Ex-senador
Mediador: **ANTÔNIO FILOCREÃO**
Prof. Dr. Unifap e ex-secreteario de Meio Ambiente do Amapá

Mesa 2
Política nacional para o desenvolvimento da Amazônia
MARY ALEGRETTI
Antropóloga, Doutora em Desenvolvimento Sustentável e Consultora em Projetos Socioambientais
ELDIS CAMARGO DOS SANTOS
Profa. Dra. de Direito, ex-assessora da Agência Nacional de Águas
Mediadora: **CRISTINA ALMEIDA**
Deputada Estadual do Amapá

PROGRAMAÇÃO



Fotos: Marcus Mendes, 2019.

Mesa 3
Palestra 1:
A verdade sobre os números do desmatamento e as consequências da atual política ambiental brasileira
PHILLIP FEEARNSIDE
Biólogo e Cientista em exercício no Inpa, ganhador do Prêmio Nobel da Paz
Palestra 2:
Meio ambiente, economia e poolíticas públicas: usos racionais e siustentáveis dos recursos do meio ambiente
CARLOS EDUARDO FRICKMAN YANG
Prof. Titular da Universidade Federal do Rio de janeiro (UFRJ), Pesquisador do Instituto de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED)
FABIO MAIA
Diretor de Organização da Fundação João Mangabeira (mediador)

Mesa 4
O papel do Congresso Nacional na agenda ambiental
ALESSANDRO MOLON
Deputado Federal pelo PSB do Rio de Janeiro e Líder da Oposição na Câmara dos Deputados
CAMILO CAPIBERIBE
Deputado Federal pelo PSB, Ex-Governador do Amapá
JANETE CAPIBERIBE
Ex-Deputada Federal (mediadora)

Meio ambiente: fronteiras e profundidades do Brasil sustentável

Carlos Siqueira
Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB)

Fotos: Marcus Mendes, 2019.

O Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), Carlos Siqueira, iniciou sua fala enfatizando a pertinência do tema apresentado pela terceira edição do Pense Brasil e a sua relação imediata com a Região Norte do País. Para ele, a Região Amazônica deveria ser prioridade para o desenvolvimento nacional. "Aqui está a potencialidade do grande progresso que o nosso País pode ter, as riquezas da biodiversidade, do conhecimento, dos ativos biológicos e genéticos", ressaltou.

De maneira categórica, o presidente anunciou que a Amazônia não deve ser uma preocupação para o Brasil; diferente disso, deve, sim, ser uma prioridade. Lamentavelmente, nenhum governo nacional até aqui dimensionou a potencialidade da região, de ser um projeto para o Brasil com contribuições não só internas, mas planetárias.

A iniciativa implementada durante o governo de João Capiberibe, no Amapá, deixou a certeza do muito que se pode fazer pelo desenvolvimento do estado a partir das potencialidades da Amazônia. Naquele momento, o PSB absorveu a pauta de maneira empírica e, desde então, vem garantindo espaço com destaque na agenda do partido, para o debate e as ações propositivas a favor da Região Amazônica.

Para que o País dê conta de reverter esse estado de descaso com o Meio Ambiente e com o Desenvolvimento Sustentável, será preciso que os brasileiros se conscientizem de que esse capitalismo predatório, antivida, anti-humano, não pode prevalecer. É esse modelo de política que vem promovendo a destruição da natureza e o recrudescimento da injustiça social.

Convicto de que o PSB está pronto para não sucumbir às curvas que são apresentadas no trajeto histórico, Siqueira encontra motivação no posicionamento dos 47 milhões de brasileiros que disseram não ao projeto de Nação dos protofascistas, antidemocratas. Ele acredita na virada do jogo a favor do Brasil.

No caminho oposto ao escolhido pelo PSL, que se esfacela publicamente, o PSB enrijece suas bases para suportar o enfrentamento. E o faz com um processo de Autorreforma, consolidado a partir das colaborações advindas de pessoas sérias, corretas e interessadas. Trata-se da leitura da realidade, a aceitação de que as crises, originárias da postura política, fragilizam qualquer solidez, como é exemplo o resultado do pleito de 2018.

Para o Presidente Nacional do PSB, o sistema democrático brasileiro faliu. Ignorar essa evidência só perpetuará ainda mais a crise. Nesse contexto, Siqueira observa que "a coluna mestra de uma democracia são os partidos políticos, e quando eles começam a fracassar, as primeiras coisas que acontecem é a diminuição da liberdade. E é ao que estamos assistindo em nosso País".l

"Somente os mais preparados conseguem enxergar o que está mais adiante do horizonte"

E propõe: Promover a autorreforma para melhor contribuir com o Brasil; Demonstrar a resistência necessária; Colocar-se à disposição para a briga, se for o caso; Mostrar-se comprometido com a qualidade das contribuições que não envolvam apenas interesses eleitorais e partidários; Estar sempre pronto para apresentar as melhores ideias a favor desse extraordinário País que é o Brasil.

Somente os mais preparados conseguem enxergar o que está adiante do horizonte. As graves crises previstas para o futuro estarão centradas na carência de recursos hídricos, alimentação e energia. E esses são três ativos que o Brasil tem de sobra, se comparado a outras nações. O PSB sabe disso e está se fortalecendo, enquanto partido, para não deixar que essa potencialidade nacional se esvaia, como resultado de uma gestão entreguista.

Não se trata de estabelecer lugares ou fortalecer as repartições entre nós e eles. O destino histórico do PSB não é o de dividir a sociedade brasileira e sim unir o povo dessa Nação. É procurar os interesses comuns que são capazes de transformar profundamente a sociedade, diminuir seu perfil elitista e suas marcas desiguais.

Há tempos, vem sendo polarizado o debate da qualidade política, a partir da responsabilidade fiscal. Ela é importante, mas se acompanhada da responsabilidade social. É fundamental a adoção de um modelo de política que promova a distribuição das riquezas e a inclusão dos não assistidos. Uma responsabilidade, sem a outra, enrijecerá os mecanismos políticos e fará ainda mais abissal a distância entre ricos e pobres.

O PSB é um partido democrático, por isso essa agenda extensa de debates, reuniões, fóruns e trocas de experiências. A democracia exige aperfeiçoamento permanente. "Queremos no atualizar sempre, porque queremos ser muito melhor do que somos", concluiu o presidente, Carlos Siqueira.

Foto: Marcus Mendes, 2019.

Foto: Marcus Mendes, 2019.

Alessandro Navarro
Vice-Presidente da Fundação
João Mangabeira (FJM)

Ao fazer sua saudação, o Vice-Presidente da Fundação João Mangabeira (FJM), Alexandre Navarro, representando o Presidente da instituição, Ricardo Coutinho, chamou a atenção para o momento de rediscussão pelo qual passa o mundo, com destaque para o Brasil, e enalteceu a posição do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em promover sua autorreforma. Isso significa atualização constante, qualificação do senso crítico, revalidação das teses mais estruturantes do partido e preparo, enquanto liderança, para fazer revisões, o que requer uma abertura democrática e habilidade de escuta.

Com o objetivo de criar uma base de sustentação para todas as falas que estavam por vir, ao longo do Pense Brasil Meio Ambiente: Fronteiras e Profundidades do Brasil Sustentável, foi necessário estabelecer algumas relações, em especial quanto ao conceito de sustentabilidade que está apoiado em três outras áreas do conhecimento: sociedade, economia e ambiente.

Estão equivocados aqueles que limitam o léxico ao universo do Meio Ambiente. Esse recorte raso impossibilita uma ampla compreensão da demanda e afunila as organizações propositivas. O campo de visão de Navarro permite uma conexão entre o conceito de sustentabilidade e democracia. Com isso, ele quer evidenciar a força do termo e chamar a atenção para aquilo que o PSB já vem fazendo, que é abrir o horizonte discursivo e promover articulações entre temas da vida política.

O vice-presidente da FJM utiliza uma frase do livro *Como as Democracias Morrem*, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, para dar a ordem de importância dos partidos. Na obra,

os autores asseveram que os partidos políticos são os guardiões da democracia e da sustentabilidade.

“os partidos políticos são os guardiões da democracia e da sustentabilidade”

Com os desmontes propostos pelo atual governo, na área de pesquisa, ciência e tecnologia, abordar o tema foi uma consequência inevitável. Nesse sentido, o tom de crítica ecoou na mesma vibração da necessidade. A proposta de fusão da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desmobilizará a pesquisa, no Brasil. Afora isso, teve o processo de descontingenciamento das 84 mil bolsas, desestabilizando todo o setor, e a mais recente das propostas, que é o financiamento da pesquisa em áreas de interesse nacional, por meio da iniciativa privada. “Temos que investir severamente em biotecnologia”, enfatizou Navarro. O Brasil tem que dar respostas rápidas às previsões feitas ao longo do Quinto Painel de Mudanças Climáticas, promovido pela Organização das Nações Unidas (ONU). Se, a cada século, de fato, ocorrer o aumento de 5 graus, o futuro da Amazônia não conseguirá ser diferente da desertificação do Sudão. Se, no mesmo período, houver, na Região Nordeste, o aumento da temperatura em 3 graus e, com isso, ocorrer a diminuição em até 40% da oferta hídrica, conforme anunciado, a economia local não resistirá e o sofrimento da população local será irreparável.

Com o enfraquecimento da pesquisa, todo o povo amazônico sofre. Pois não será possível qualificar o aproveitamento das plantas locais e o País continuará sendo, como vem ocorrendo há tempos, tão somente fornecedor de matéria-prima, enquanto outras nacionalidades, por meio de pesquisas, criam produtos derivados e fortalecem suas economias. Nesse sentido, Navarro lembrou da planta-base para a fabricação do Chanel nº 5, criado em 1921. De uma planta da floresta amazônica, Coco Chanel ganhou o mundo.

Sem a produção da pesquisa que gera o conhecimento, o Brasil sucumbirá. Investir nessa área, ainda que de risco, é o diferencial para as supremacias econômica e sustentável de uma nação. Essas ações, concorda o PSB, são necessárias na luta pela igualdade, para o enfrentamento das desigualdades regionais, para a diminuição da pobreza e o empoderamento do País.

Alexandre Navarro aproveitou o momento, ainda, para enfatizar que o debate não pode ocorrer às margens, que toda a sociedade precisa ser incluída e legitimada pelo modelo político brasileiro. “Precisamos garantir a participação das pessoas, hoje excluídas da sociedade, da economia, do trabalho, da renda, do conhecimento, do dinheiro, da saúde”, completou o vice-presidente.

Promover a conservação e o desenvolvimento sustentável na Amazônia: utopia ou realidade?

Ismael Nobre
Diretor Científico do Projeto Amazônia 4.0

João Capiberibe
Ex-Governador do Amapá

Antônio Filocreão
Prof. Dr. da Unifap, Ex-Secretário do Meio Ambiente do Amapá
Mediador

Fotos: Marcus Mendes, 2019.

"O êxito político é resultado do 'querer fazer'"

João Capiberibe
Ex-Governador do Amapá

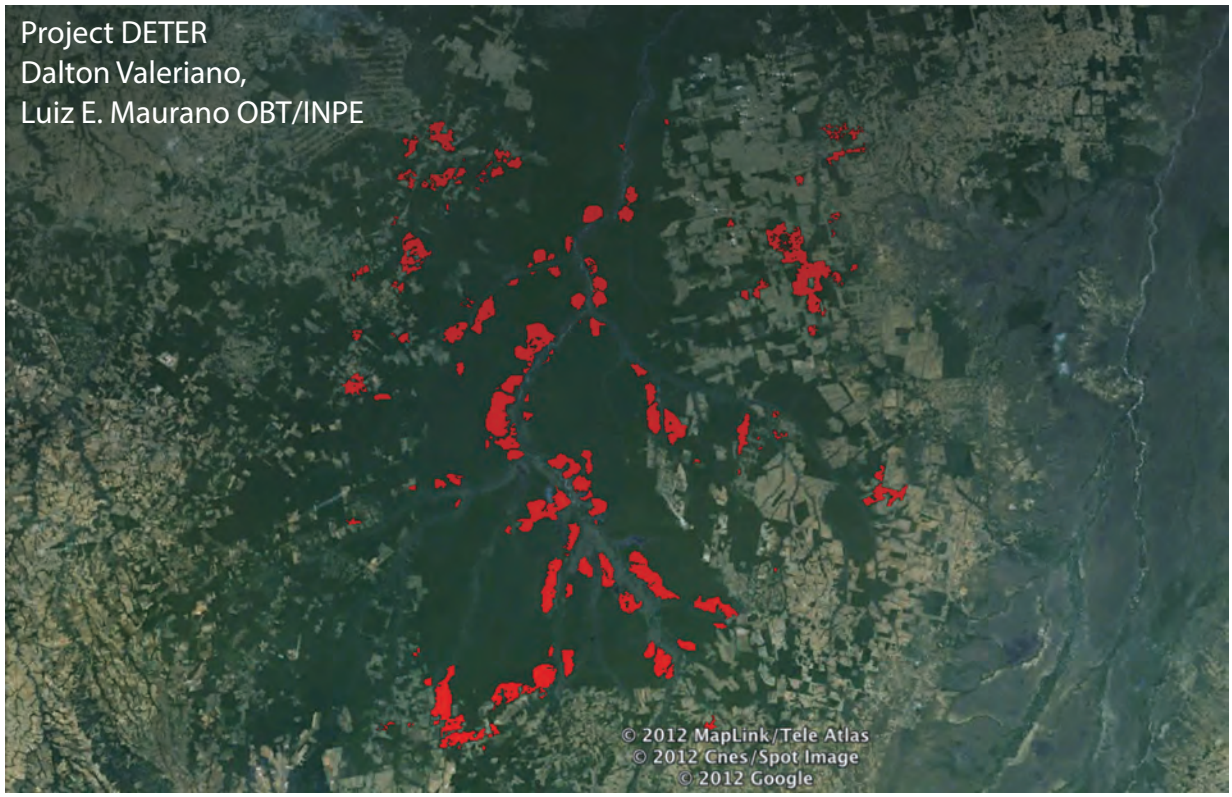
Debater as questões que envolvem a Amazônia é colocar o futuro da humanidade no centro das atenções. A Fundação João Mangabeira concorda com essa assertiva e, por isso, a escolha do tema Meio Ambiente: Fronteiras e Profundidades do Brasil Sustentável para essa terceira edição do Seminário Pense Brasil. O desafio está em propor ações que transformem utopias em realidade. O Diretor Científico do Projeto Amazônia 4.0, Ismael Nobre, colaborou com a apresentação de dados da linha do tempo e incentivou uma reflexão com os indicadores apontados para o futuro.

Com a participação de vários cientistas, de diversas áreas, o Projeto Amazônia 4.0 surgiu da necessidade de propor conexões entre o conhecimento passado e as perspectivas de futuro. O grupo envolvido cansou-se de somente dar más notícias sobre as práticas políticas relacionadas à Amazônia e resolveu atuar no campo das soluções. O primeiro artigo produzido coletivamente, com o título Uso da Terra e Riscos das Mudanças Climáticas na Amazônia e a Necessidade de um Novo Paradigma por Desenvolvimento Sustentável, moveu os pesquisadores de lugar tirando-os da zona da análise do fato ocorrido para uma prática propositiva.

Eles preconizam a necessidade de um ecossistema de inovação vinculado à quarta revolução industrial específico da Amazônia, para que possam ser aplicadas combinações tecnológicas digitais, biológicas e materiais avançados, aos recursos naturais renováveis, ativos biomiméticos, serviços ambientais, moléculas e biodiversos.

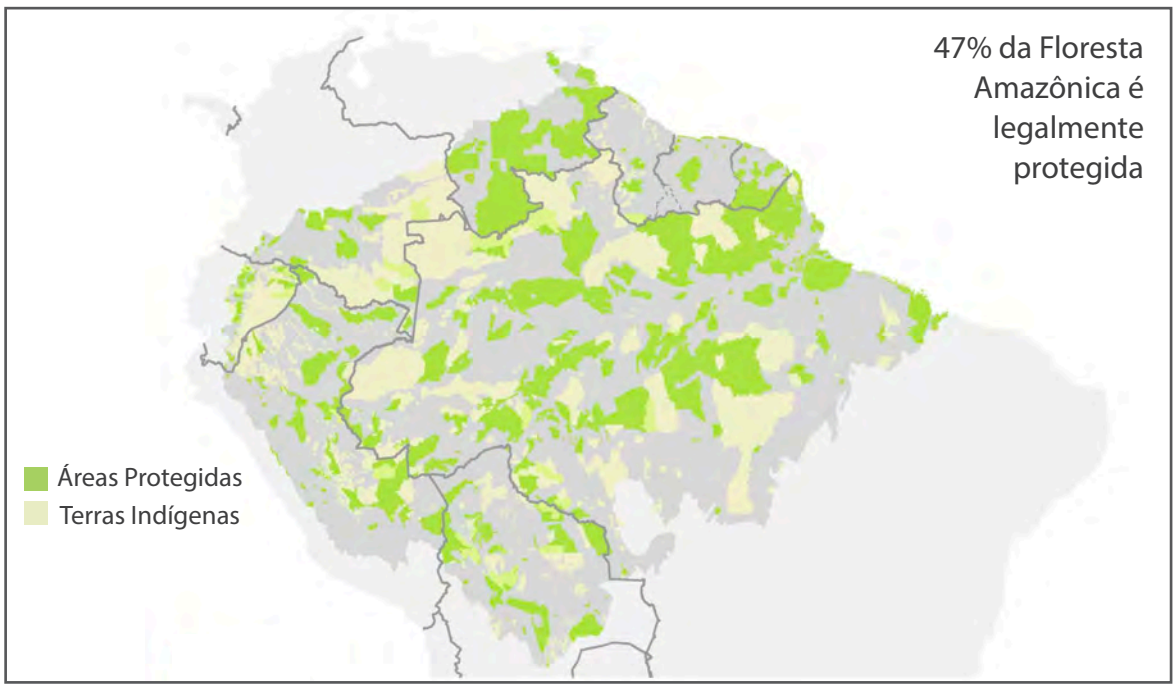
Após a publicação do primeiro artigo, outra demanda mostrou-se emergente: Como propagar e validar um novo paradigma de desenvolvimento sustentável? Foi assim que criaram o conceito da terceira via amazônica. A primeira via trata da proteção legal de áreas de florestas com unidades de conservação e terras indígenas, compreendendo 47% da floresta amazônica. Apesar do amparo legal, não é possível garantir um nível aceitável, seguro, de perpetuação do bioma. Incêndios ocorridos entre 2010 e 2012 atingiram 30% da reserva indígena do Xingu. Mesmo as áreas protegidas, cercadas por áreas com o uso diversificado, ficam mais vulneráveis à perda da floresta e alteração do clima como mostram as Figuras 1 e 2.

Figura 1 - Cicatrizes do fogo (2010-2012)
30% da Reserva Indígena do Xingu queimada



Fonte: Apresentação do Prof. Ismael Nobre, no 3º Pense Brasil, 19 out. 2019.

Figura 2 – Mapa do clima da Floresta Amazônica
Diferença do clima chega a 13 graus entre áreas protegidas e áreas de plantação, pasto e cerrado

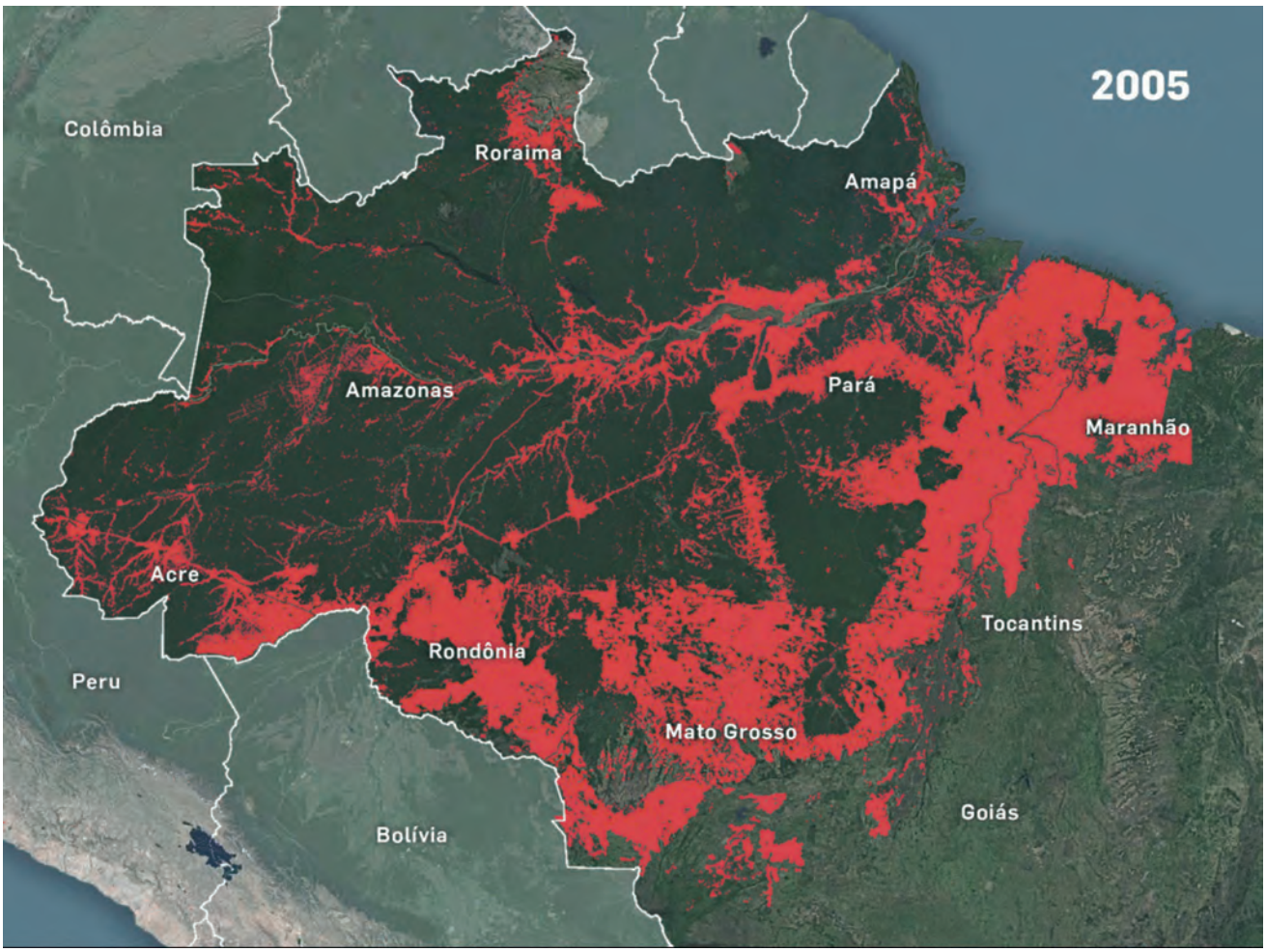


Fonte: Apresentação do Prof. Ismael Nobre, no 3º Pense Brasil, 19 out. 2019.
https://blog.conservation.org/2017/01/these-7-maps-shed-light-on-most-crucial-areas-of-amazon-rainforest/
.

A segunda via refere-se ao uso da madeira; do pasto para a pecuária; áreas para plantação de soja; da mineração; para instalação hidrelétrica como infraestrutura pesada indutora de impactos ambientais colaterais. A Amazônia, como fornecedora do solo e da água para produção de *commodities*, trata-se de uma via em ascensão, que provoca o desmatamento e a perda da floresta de forma expressiva.

Em 2018, um novo artigo, assinado por Thomas Lovejoy e Carlos Nobre, identificou que a Amazônia pode estar perto de um ponto de inflexão, se o desmatamento exceder de 20% a 25%. Com mais perda de área de floresta, o próprio ciclo hidrológico que mantém a umidade necessária para essa região crescer será interrompido e ficará mais seco. As árvores não resistirão. Com menos árvores, haverá menos água na atmosfera e esse é um ciclo autoalimentado. A perda é progressiva e não tem como ser detida, porque vira um processo natural chamado savanização (Fig. 3).

Figura 3 - Dados do Monitoramento do Desmatamento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (Prodes) mostram a evolução do desmatamento na Amazônia de 1997 a 2015



Fonte: Apresentação do Prof. Ismael Nobre, no 3º Pense Brasil, 19 out. 2019.

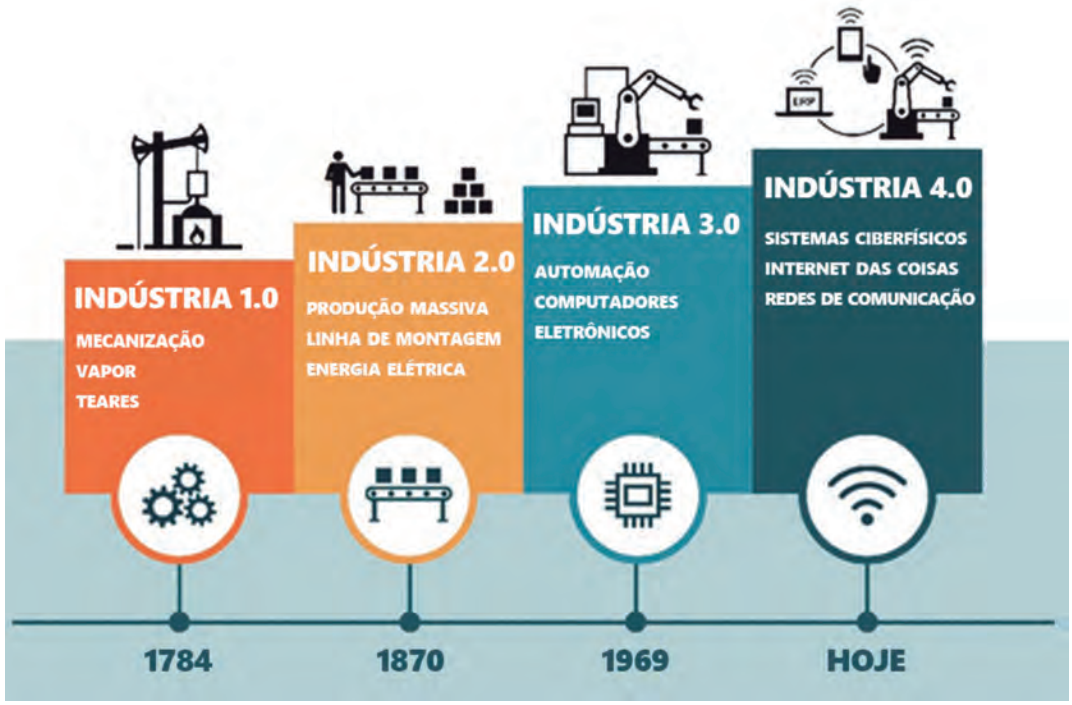
A FJM, que tem se mantido atenta às demandas da Região Norte do País, compreende a necessidade de uma coalizão entre proteção e desenvolvimento sustentável. A proposta da Terceira Via, ao apresentar as vantagens em associar os recursos da biodiversidade com a alta tecnologia, cria mecanismos autênticos para o empoderamento socioeconômico dos povos da floresta. Significa posicionar-se contrariamente à comercialização para fora do País dos produtos da Amazônia na condição de matéria-prima barata, enquanto outras nacionalidades, com investimento em pesquisa e inovação tecnológica, criam derivados que fortalecem suas economias.

A manufatura inteligente precisa estar intrínseca ao projeto de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 4.438 grupos de casas espalhados pela floresta. Pessoas que vivem das suas atividades e deveriam receber apoio e fomento para o melhor uso desses recursos naturais. A FJM, em consonância com o professor Ismael Nobre, desqualifica o discurso de que a Amazônia é desabitada e intensifica a defesa da possibilidade de incluir essa população em um processo de valorização econômica.

Os desafios são muitos. Há o isolamento, a falta de infraestrutura, a fragilidade na logística, a competição de mercado, a defasagem tecnológica, mas está evidente o potencial. Somente um plano de desenvolvimento macro com propostas de políticas integradas será capaz de transformar a frágil realidade desses povos em um modelo eficaz de economia da biodiversidade da floresta, com ganhos para a localidade e proteção do ambiente.

Alguns exemplos dados pelo professor Nobre escalonam a trajetória histórica da Região Amazônica, desde a indústria 1.0 ao desejado modelo 4.0, mostrando que apoiar o desenvolvimento sustentável da floresta com o olhar voltado para os sistemas ciberfísico é uma questão de demanda política e vontade de fazer (Fig. 5).

Figura 5 - O trajeto das revoluções industriais



Fonte: Apresentação do Prof. Ismael Nobre, no 3º Pense Brasil, 19 out. 2019.

É preciso quebrar as velhas redes de conversação sobre a Amazônia, como, por exemplo, a de que o isolamento inviabiliza investimentos e criar novas assertivas que permitam, no caso, resolver as longas distâncias com a utilização de drone, instrumento já usado no mundo todo como alternativa para encurtar os trajetos mais difíceis. Ou, ainda, para resolver a perecibilidade; empregar a tecnologia de máquinas, como a de liofilizar. "Ela tira a água dos produtos e torna as coisas dez vezes mais leves e duráveis", explica Nobre.

Um a um, cada argumento que desqualifica a Amazônica como um potencial econômico pode ser revisto, se assim as lideranças políticas desejarem. A questão da energia é um referencial. Por que investir em hidrelétricas, se a região é fornecedora de radiação solar? Ninguém verá coisas novas, se continuar olhando somente para as velhas coisas. É preciso quebrar silogismos arcaicos, sentenças ultrapassadas, como, por exemplo, dizer que a floresta só serve para fornecer madeira.

Somente transformando a Amazônia em um projeto de Brasil será possível vencer os desafios da comunicação, qualificação, do mercado competitivo. Não faz sentido algum a produção brasileira de açaí enriquecer outras nações, enquanto o povo da Região Norte do País sucumbe a cada dia, massacrado pelo seu próprio governo.

Apoiar a Amazônia 4.0 é somar forças rumo a um Brasil melhor. É evidente que o trajeto é longo. Como esclareceu o professor Nobre, é necessário, didaticamente, o cumprimento de sete passos sólidos: Reconhecer o conhecimento acumulado da natureza; desenvolver a habilidade de ler e entender o conhecimento; fortalecer a capacidade de aplicar esse conhecimento para atender à necessidade humana; desenvolver a capacidade de produzir bens e serviços a partir da biodiversidade; inserir os produtos originários da biodiversidade e uma bioeconomia local e global; realizar a distribuição equitativa de benefícios socioeconômicos de melhoria de qualidade de vida para todos os envolvidos; e formar as bases para uma valorização intrínseca do bioma amazônico pela sociedade.

Asseverar o compromisso da FJM em apoiar a Amazônia e seu desenvolvimento sustentável não é demanda deste tempo. Há anos, a Fundação vem apontando os problemas e fazendo reverberar possíveis soluções. Esta edição do Pense Brasil somente fortalece o caminho já percorrido por todos do Partido Socialista Brasileiro.

Foto: Marcus Mendes, 2019.

A utopia pode sim virar realidade.

João Capiberibe
Ex-Governador do Amapá

Foto: Marcus Mendes, 2019.

Depois de enaltecer a proposta do PSB e da FJM em fomentar a indústria da biodiversidade, a bioeconomia da Amazônia, o Ex-Governador João Capiberibe compartilhou, com a plateia do Pense Brasil, experiências empíricas de sua gestão à frente do Amapá. Aplaudir seu projeto de desenvolvimento sustentável para o estado é muito mais do que elogiá-lo, é a certificação de que, com compromisso, a utopia pode sim virar realidade.

Motivado por Chico Mendes, impactado pela dissolução do socialismo da União Soviética e desafiado pela Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Eco 92, Capiberibe aprofundou-se na leitura da realidade de seu estado e apresentou o Programa de Desenvolvimento do Amapá.

Ao mostrar como a comunidade no Iratapuru promoveu a cadeia produtiva da castanha, o ex-governador materializou o universo das possibilidades e confirmou que, em muitos casos, o êxito político é resultado do "querer fazer". Antes, os moradores trocavam castanhas por lata de leite em pó. Qualificada para o mercado, a comunidade começou a produzir o óleo e o biscoito e a compor parcerias que a fortaleceu, no cenário econômico, permitindo a gestão de uma cooperativa e de um fundo de recursos para investimento em suas práticas. Ainda hoje, esse fundo possibilita a formação de jovens para atuarem na cadeia produtiva da castanha e do breu branco utilizado em essências cosméticas.

O equilíbrio entre as atividades econômicas, os benefícios para a sociedade e a conservação do meio ambiente, é a equação que sempre manteve de pé o projeto de estado do ex-governador do PSB. Não sem dificuldade. Em sua narrativa histórica, fica evidente o desafio em defender ideias progressistas, quando o Brasil não parecia preparado para rupturas dos velhos modelos de gestão.

Nos oito anos em que esteve à frente do Amapá, Capiberibe focou no fortalecimento das bases. Na área da educação, promoveu a universalização do ensino fundamental, transformando, inclusive, boates e danceterias em salas de aula. Ao decidir promover a educação baseada na filosofia socioambiental, juntando o saber local com o conhecimento universal, colaborou com a formação de jovens qualificados para a defesa e conservação do meio ambiente. Primeiro em uma única escola, a Bailique; depois, em toda a rede.

Comprometido com as causas socialistas, o Amapá despontou no período em que foi comandado por Capiberibe. O Produto Interno Bruto (PIB), não era concentrado como no resto do País, promovendo, de fato, a distribuição de renda. "Nós tínhamos o melhor Coeficiente de Gini do País. Aqui estava a menor desigualdade de renda do Brasil. O nosso coeficiente era 0,483. Ou seja, o Estado tinha um peso muito alto na economia do Brasil", relatou o ex-governador.

Sempre foi um desafio viabilizar o crescimento do PIB dentro de um projeto de estado que propunha o desenvolvimento sustentável. Foi preciso dizer não, para os investidores da Malásia, compradores de madeira; para os plantadores de soja, em outro caso, mas os resultados mostraram a assertividade nas decisões.

Os descrentes que não apostaram na produção para exportação do açaí podem, hoje, analisar os números exibidos no Quadro 1.

Quadro 1 - Exportação do açaí em milhões de dólares

Produto	2014	2015	2016	2017	2018
Ouro em barras	184.785	149.564	186.493	179.507	178.335
Madeira em Estilhas	61.984	59.010	50.169	55.283	59.016
Sucos e preparados (Açaí)	20.621	31.972	15.447	16.280	19.466
Soja em grão	-	6.683	10.528	22.143	18.442
Minério de Ferro	154.052	1.820	-	3.486	-

Foto: Divulgação. Quadro Apresentação João Capiberibe, 3º Pense Brasil, 2019.

O açaí movimenta aproximadamente US$ 1 bilhão, na Amazônia, mas, no mercado global, pela quantidade de desdobramento que os valores deram na cadeia produtiva, deve movimentar em torno de US$ 15 bilhões ou mais.

O Partido Socialista Brasileiro tem, ainda, entre seus registros históricos, memória da visita que fez à sede do Poder Executivo do estado, em momento simultâneo ao governador iniciar a publicização de todos os seus atos administrativos, desde as peças orçamentárias até a prestação de contas. Foi ali que nasceu a ideia de criar, um tempo depois, a Lei Complementar 131, de 2009, que obriga todos os entes públicos a exporem suas despesas detalhadas na internet.

Política nacional para o desenvolvimento da Amazônia

Mary Alegretti
Profa. Dra. da UnB

Eldis Camargo
Profa. Dra. da Faculdade de Direito de Itu/SP

Cristina Almeida
Deputada Estadual pelo PSB do Amapá
Moderadora

Foto: Marcus Mendes, 2019.

"Se as pessoas não conseguirem unir as duas questões mais importantes para se trabalhar o desenvolvimento, que é casar a preservação com o desenvolvimento. Não vamos avançar"

Cristina Almeida
Deputada Estadual pelo PSB do Amapá

Fotos: Marcus Mendes, 2019.

"Os desafios para o planejamento da sustentabilidade como política estão atrelados a duas heranças históricas"

Mary Alegretti

Mary Alegretti, ainda que acadêmica vinculada a uma universidade brasileira, mostrou-se honrada em ser identificada como uma ativista da causa da Amazônia, mesmo independente. Sem filiação partidária, a professora reverenciou a iniciativa do PSB e da FJM em promover debate de tão profunda imersão e necessidade. Sobre o caminho da autorreforma do Partido Socialista Brasileiro, mostrou-se impressionada com a postura do repensar-se.

Profissional a serviço do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no passado, Alegretti foi a articuladora da participaçãodo-então governador do Amapá, João Capiberibe, e do prefeito de Rio Branco, Jorge Viana, em um seminário promovido pelo banco sobre os impactos da BR-364 no Acre, realizado nos Estados Unidos da América (EUA). O resultado desse encontro levou o BID a rever suas teses sobre o desenvolvimento da Região Amazônica e trouxe a brasileira de volta à sua terra, naquele momento, para atuar no Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia implementado no Amapá.

De acordo com Alegretti, os desafios para o planejamento da sustentabilidade como política estão atrelados a duas heranças históricas. A primeira delas deriva dos planos de desenvol-

vimento apresentados pelo regime militar, no período em que conduziram o País, com a proposta de uma matriz própria de modelo de desenvolvimento. A segunda herança vem dos conflitos que esse modelo do regime militar desencadeou e que deu origem a um amplo movimento social na Amazônia, apoiado em outra ideia de desenvolvimento.

Esses dois projetos nunca deram conta de valorizar a Região Amazônica como realmente é necessário, pois se conflitam em alguns pontos, e se complementam em outros, mas acabam desconsiderando a regionalidade. Alegretti reconhece somente duas iniciativas pautadas na localidade: o projeto de Desenvolvimento da Amazônia (PDS-A), realizado no governo de João Capiberibe; e o Plano Amazônia Sustentável (PAS), proposto na transição do Governo Fernando Henrique Cardoso para o primeiro ano de mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

A experiência narrada pela professora da UnB coaduna com as certezas do PSB e da FJM: políticas de longo prazo só se sustentam quando a sociedade se envolve. Quando a sociedade demanda e o Estado formaliza e transforma em lei. Ao olhar para trás, Alegretti exemplifica citando a política de preço da borracha, que até hoje é muito importante, e é chamada de pagamento pelo serviço ambiental, que a produção da borracha gera para a Amazônia. Essa prática inova, ainda que modestamente, com a economia da biodiversidade.

Decisões voltadas para a macro realidade podem promover resultados satisfatórios, nas áreas mais periféricas, e serem danosas para a localidade mais próxima do problema. Foi o que aconteceu com a política que pôs fim no monopólio da borracha, em 1966, certos de que essa prática atrasava a Amazônia. Contra a subordinação dos trabalhadores, muitos deles escravizados, colocou-se fim ao ciclo da borracha e, sem planos estratégicos de reabsorção dos trabalhadores, muitos seringueiros sucumbiram, sentindo o impacto diretamente.

Nessa mesma época, o governo militar estruturou sua política para a Amazônia centrada nos dois planos nacionais de desenvolvimento. As iniciativas implementadas repercutem até hoje. A soberba em construir rodovias viabilizando o acesso da Amazônia para fora, com o resto do Brasil, sem cuidar do acesso para dentro. Os vários projetos, planos e programas que abriram a área para a mineração, como foi o caso de Carajás, e as primeiras hidrelétricas, de Tucuruí e Balbina.

Esses planos de desenvolvimento foram pautados em uma matriz de pensamento que colocou a Amazônia como fornecedora de matéria-prima; permitiu a exploração das riquezas naturais para integração da região ao País; promoveu a expansão da fronteira agropecuária e mineral; serviu-se do investimento em infraestrutura como elo integrador dos planos de desenvolvimento; e arraigou a visão externa de apropriação de uma região vazia.

Ainda que alguns brasileiros tenham encontrado, naquela época, na Amazônia, a solução para seus problemas, é inevitável anunciar que esse modelo de desenvolvimento unilateral, não expandido, gerou conflitos na Amazônia inteira, principalmente no Pará, Acre e Amapá. Os investimentos em infraestrutura não foram todos ruins, pois alguns beneficiaram a população mais carente com a oferta de energia elétrica, emprego e melhoria na qualidade de vida. Mas sempre se tratou de uma estrutura tão determinante que nunca conseguiu ser ampla o suficiente para atender a todos os objetivos da Amazônia em relação à sua biodiversidade, à natureza.

Como reflexo de toda essa movimentação político-econômica, ocorreu o fomento a novos sindicados de trabalhadores. No Acre,

esse processo foi revelador. Os sindicatos foram importantes contra a intervenção na Amazônia. Os posseiros, que foram expulsos, não teriam sido indenizados em nada, sem o enfrentamento da organização sindicalista.

Aligrette participou de muito perto desse movimento, em 1978, quando foi para o Acre para conduzir sua pesquisa acadêmica e conheceu Chico Mendes. Pouco tempo depois, se desvinculou da universidade para realizar programa de alfabetização de jovens adultos. Ela estava na região quando foi assassinado, em 1980, o sindicalista Wilson Pinheiro, um dos criadores do movimento social Empate ao Desmatamento. Tendo a castanheira e a seringueira como meio de vida, como eles poderiam permitir que as árvores fossem derrubadas? Foi o primeiro alerta do povo da floresta para o desmatamento feito de dentro para fora.

Cinco anos depois, passou-se a falar na criação de reservas extrativistas, até que, antes de sair, em 1990, José Sarney assinou o decreto e foram definitivamente constituídas as primeiras reservas, entre elas, a Reserva Extrativista (Resex) do Cajari.

Historicamente, a surpresa narrada por Alegretti ocorreu no primeiro ano do Governo Lula, quando ele retomou uma proposta ultrapassada e já vencida de FHC. Ali, a professora certificou-se que, tanto tempo depois, a matriz de desenvolvimento era a mesma.

Depois de historicizar importante período político, é preciso direcionar o olhar e as atenções para o futuro. Retomar o macrozoneamento já existente; intensificar a política de controle de desmatamento; e, definitivamente, colocar no chão a matriz de desenvolvimento voltada para o mercado externo, que enrijece a floresta como unicamente exportadora de matéria-prima. Esse é o principal equívoco. O alerta mais veemente refere-se à permanência da Amazônia como uma fronteira aberta não regularizada.

Os conflitos derivados dessa assertiva envolvem os exploradores ilegais, mas também os povos da floresta. Transitar de um modelo de economia para outro, apresenta-se como o atual desafio.

Vitórias passadas estão, nesse momento histórico, sendo desintegradas, a partir de uma prática de desmonte aplicada nas áreas de Educação, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente. O projeto Barão do Rio Branco, apresentado como política para a Amazônia, traz novamente a filosofia de ocupação da Cana Norte e, com ela, a proposta de ocupação para evitar que a Amazônia seja internacionalizada; a abertura para garimpos ilegais; a construção de estradas como fator primordial da economia, às custas da ocupação das terras indígenas.

Ao terminar, a professora deixa uma pergunta intrigante: Quem tem legitimidade para convocar essa construção social de sustentabilidade na Amazônia? Ela preferiu não responder, mas o PSB está convicto de que possui papel importante nessa temática e, longe de se esquivar da tarefa, apresenta-se como articulador crítico e propositivo a favor do desenvolvimento sustentável e legítimo da Amazônia.

Foto: Marcus Mendes, 2019.

A professora Eldis Camargo, especialista em Direito das Águas, ao visitar o *site* da FJM, encantou-se com a expressão "florestania". Não há palavra melhor para definir a cidadania do povo amazônico. Ela se desafiou a promover conexões entre a floresta e as águas, com destaque para a cidadania da sustentabilidade.

Para sintonizar sua fala, foi oportuno estabelecer alguns parâmetros vindos do Direito Ambiental. Nessa área, há o entendimento dos bens ambientais numa metodologia que envolve meio ambiente urbano, meio ambiente do trabalho, meio ambiente natural, e meio ambiente cultural, tudo interligado e respaldado pela Constituição Federal, mas, ainda assim, compactados em nichos que não se conversam. Nesse ponto, a professora apresenta uma das primeiras demandas a serem equacionadas em sua área de conhecimento.

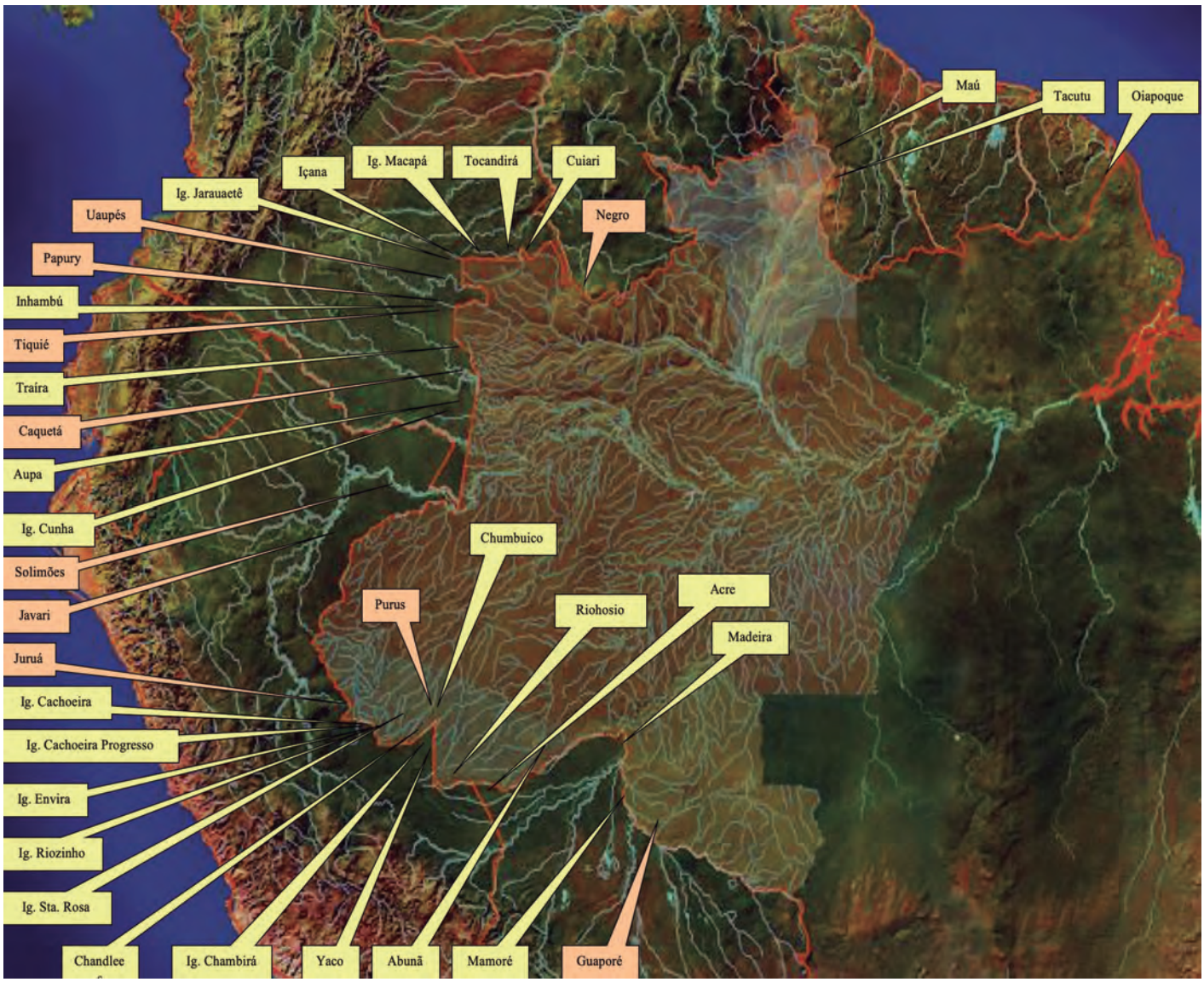
A etimologia da palavra ambiente, em si, sugere reflexão. Eldis Camargo explicou que, partindo do ponto de vista de uma sociedade antropocêntrica, meio ambiente é tudo que está em volta do ser humano. Para uma sociedade mais ecocêntrica, significa tudo o que está em volta do todo. No campo do Direito, dois princípios balizam as relações legais: o equilíbrio ecológico e a qualidade de vida. E são esses conceitos que dialogam com a leitura internacional feita da Amazônia.

A questão da soberania nacional passa pelo modelo de gestão da Amazônia como

um todo, e leva em conta um indicativo geopolítico *versus* um indicativo geoespacial. Não somente das bacias hidrográficas, mas também dos biomas. É certo afirmar que a Amazônia não acaba no Brasil. Por isso a necessidade de uma pauta que harmonize as ações e os modelos de gestão de maneira conjunta.

Com base no que foi pactuado na Rio-92, nos conteúdos da Constituição Federal, e a predisposição em transformar alguns dispositivos em ações programáticas, sem eficácia plena legal, a professora alerta para o Tratado da Bacia Amazônica, que envolve nove países, e explica as relações estabelecidas entre as politicas de cada um deles. Em alguns momentos, interferirá, no cotidiano da Amazônia, o que países localizados acima definirem, assim como o que o Brasil definir, interferirá nos países que estão abaixo (Fig. 1).

Figura 1 - Rios fronteiriços e transfronteiriços com o Brasil



Fonte: Apresentação da Profa. Eldis Camargo, Pense Brasil, 19 out. 2019.

A narrativa da professora sobre a não validação de comitês sugeridos pelas comunidades, como no caso dos povos próximos aos rios Panda, Acre e Madre de Deus, mas que a Bolívia, o Brasil e o Peru não reconheceram, deu base para uma convocação aos legisladores. Para a professora, o tema é constitucional, afinal, uma emenda determina que alguns tratados que tem uma essência de direitos humanos tenham *status* constitucional.

Nessa mesma linha, a palestrante chamou a atenção para o teor do Artigo 225 da Constituição, que apresenta uma natureza jurídica não de direito público, nem de direito privado, mas mostra que os bens ambientais são os bens coletivos, bens difusos, e é necessária a inclusão de todos os seres. Para ela, somente as propostas de Educação Ambiental, ainda que muito importantes, não são suficientes para promover o envolvimento e aparticipação de todos. Eldis defende ampla difusão dos direitos constitucionais.

Em suas críticas, a professora ironiza o fato de o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e a Agência Nacional de Águas (ANA) terem deixado de fazer parte do Ministério do Meio Ambiente e passado para o Ministério do Desenvolvimento Regional. E acentua a gravidade da falta de políticas integradas entre os temas correlatos ao Meio Ambiente a às Águas.

Para exemplificar, Eldis Camargo citou a Lei de Recursos Hídricos, em especial, o Artigo 3º, que trata da integração do gerenciamento dos recursos, do meio ambiente e da zona costeira. Ilustrou referindo-se aos corais da Amazônia, que fazem parte da biodiversidade daquela área. Ela questiona sobre como permitir as saídas de cursos d'água sem um comitê de bacia, sem um plano de gestão de recursos hídricos interferindo na zona costeira

De volta ao conceito de florestania, a professora da Faculdade de Direito de Itu/SP foi assertiva ao propor uma reflexão estruturante sobre desenvolvimento sustentável. Para ela, fala-se em desenvolvimento sustentado, mas, ao pensar em florestania, será necessário ampliar esse debate para atingir o envolvimento sustentado. "Envolvimento de todos, fazendo crescer a lei, fazendo valer a nossa Constituição, que foi tão difícil, uma constituição cidadã, uma constituição da florestania", concluiu.

Foto: Marcus Mendes, 2019.

"Os bens ambientais são os bens coletivos, bens difusos, e é necessária a inclusão de todos os seres"

A verdade sobre os números do desmatamento e as consequências da atual política ambiental brasileira. Meio ambiente, economia e políticas públicas: usos racionais e sustentáveis dos recursos do meio ambiente

Phillip Martin Fearnside
Biólogo e Cientista em exercício no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) - ganhador do Prêmio Nobel da Paz

Carlos Eduardo Frickman Young
Prof. Titular da UFRJ, Pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento

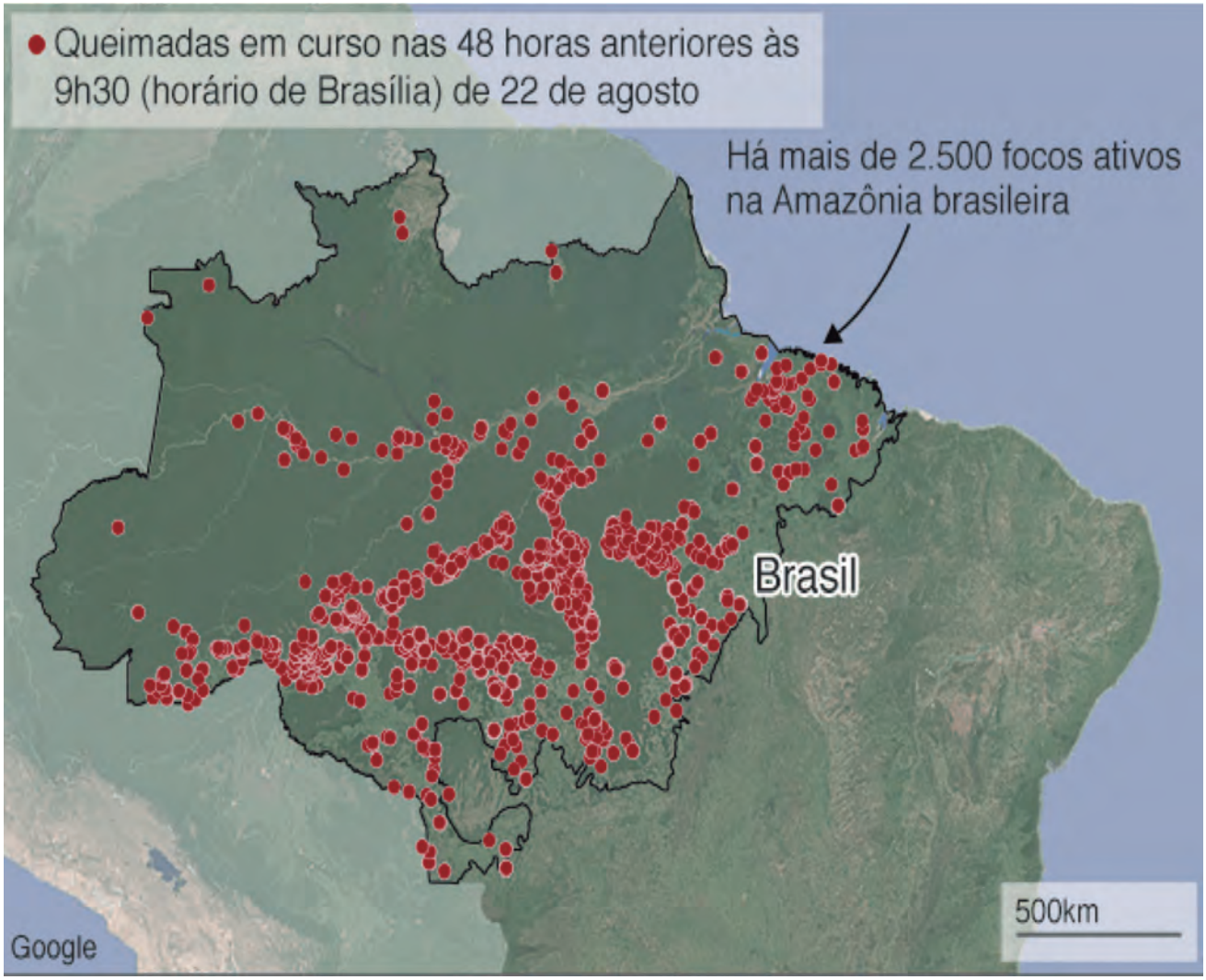
Fabio Maia
Diretor de Organização da FJM mediadores

Foto: Marcus Mendes, 2019.

"O Governo Federal mente quando afirma que as queimadas nas áreas da Floresta Amazônica e o desmatamento não expandiram"

O cientista Phillip Martin Fearnside, um dos premiados com o Nobel da Paz, em 2007, pela ação no Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC), identificado pelo Instituto Thomson de Informações Científicas como o segundo mais citado cientista no mundo na área de aquecimento global, abriu sua palestra, na terceira edição do Pense Brasil, em Macapá, chamando a todos para a realidade. Ele contestou o Governo Federal por negar as queimadas nas áreas da floresta amazônica e a expansão do desmatamento. O biólogo apresentou o mapeamento das ocorrências, conforme Figura 1, e deixou evidente a expansão dos danos ao meio ambiente.

Figura 1 – Mapa das queimadas na Amazônia (agosto de 2019)



Fonte: MODS. Apresentação de Phillip Fearnside, Pense Brasil, 19.10.2019

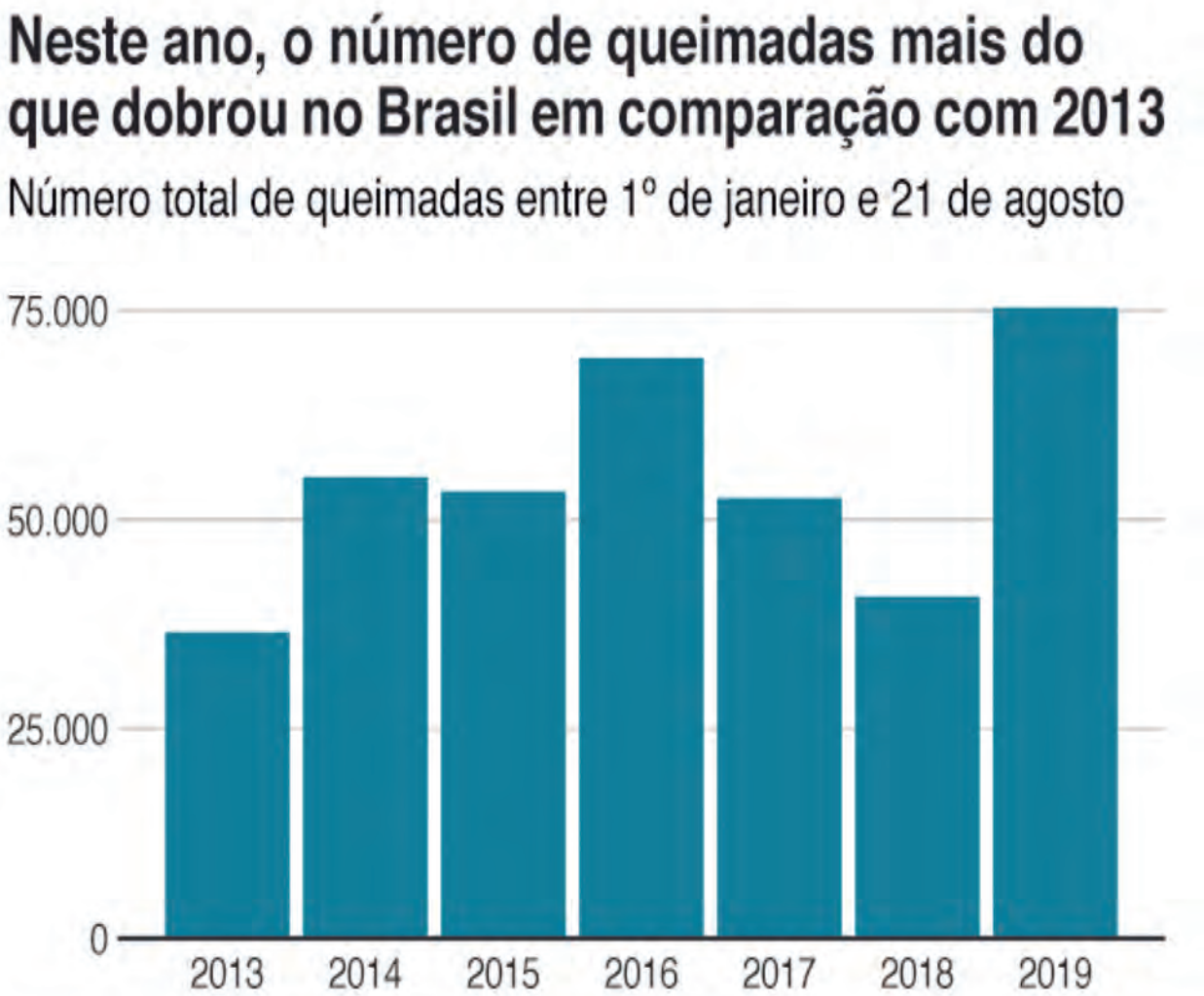
As ponderações do cientista são reflexivas. Ao explicar as queimadas em anos anteriores, 2015 e 2016, por exemplo, ele relacionou o chamado El Niño Godzila, um fenômeno natural que provocou enchentes extremas em algumas partes do mundo e secas em outras, como aconteceu no norte da Amazônia, deixando a área mais vulnerável ao fogo. Entretanto, não houve registro, até outubro de 2019, de nenhuma ocorrência natural que pudesse justificar o aumento significativo das queimadas e do desmatamento neste ano (Fig. 2).

Figura 2 - Imagens do desmatamento

Fonte: Apresentação de Phillip Fearnside, Pense Brasil, 19.10.2019.

Os índices do fogo e do desmatamento, juntos, seguem crescendo significativamente. Em maio de 2019, registrou-se o aumento de 35% nos casos, em comparação com o mesmo mês no ano anterior. Em junho, cresceu ainda mais, 88%. No mês de agosto, o aumento passou para três dígitos, 178%. E, em setembro, atingiu o ápice, 222%. No mês de outubro, o registro foi de 65% a mais. Segundo o biólogo norte-americano, esses números não se explicam de maneira autônoma. Ele esclareceu que não houve mudança no preço da soja, nem da carne de boi e, muito menos, aumento do Produto Interno Bruto (PIB), desmontando alguns pressupostos (Fig. 3).

Figura 3 - Crescimento das queimadas na Amazônia, 2019



Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe)
Apresentação de Phillip Fearnside, Pense Brasil, 19.10.2019.

O alerta de preocupação do cientista ecoa junto à Fundação João Mangabeira (FJM) e ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), que tem dedicado atenção ao tema e fortalecido o debate, a exemplo desse encontro do Pense Brasil, no Amapá.

O discurso constante do Presidente da República desqualificando as estatísticas da Amazônia e as ações concretas que desmobilizam os agentes ambientais são impactantes e coadunam com a cena sem propósito do Ministro do Meio Ambiente e Agricultura, Ricardo Salles, posando para fotografia, animado, no Mato Grosso, em área indígena ilegalmente ocupada por plantação de soja.

A narrativa de Fearnside evidencia um dito popular brasileiro: o melhor discurso é o bom exemplo. Ele contou, indignado, que o mau

exemplo do Presidente destoa de seu discurso de homem ético; nesse caso, com relação ao meio ambiente. Jair Bolsonaro teria sido multado por pesca ilegal, numa área protegida pela Marinha, antes de ser eleito. Depois, teria anulado a multa e demitido a pessoa, dois níveis abaixo do Governo, que emitiu a sanção contra ele.

Não há como negar a realidade. A cadeia de desastres com o desmatamento deixa rastro de perdas irreparáveis. Primeiro, destrói a biodiversidade. Pouquíssimas espécies sobrevivem a essa transformação. Depois, coloca fim em outros serviços ambientais da floresta, inclusive a estocagem de carbono, que evita o aquecimento global, e a reciclagem de água. Metade do peso seco das árvores é carbono, que vira gás carbônico, metano e diferentes gases de efeito estufa.

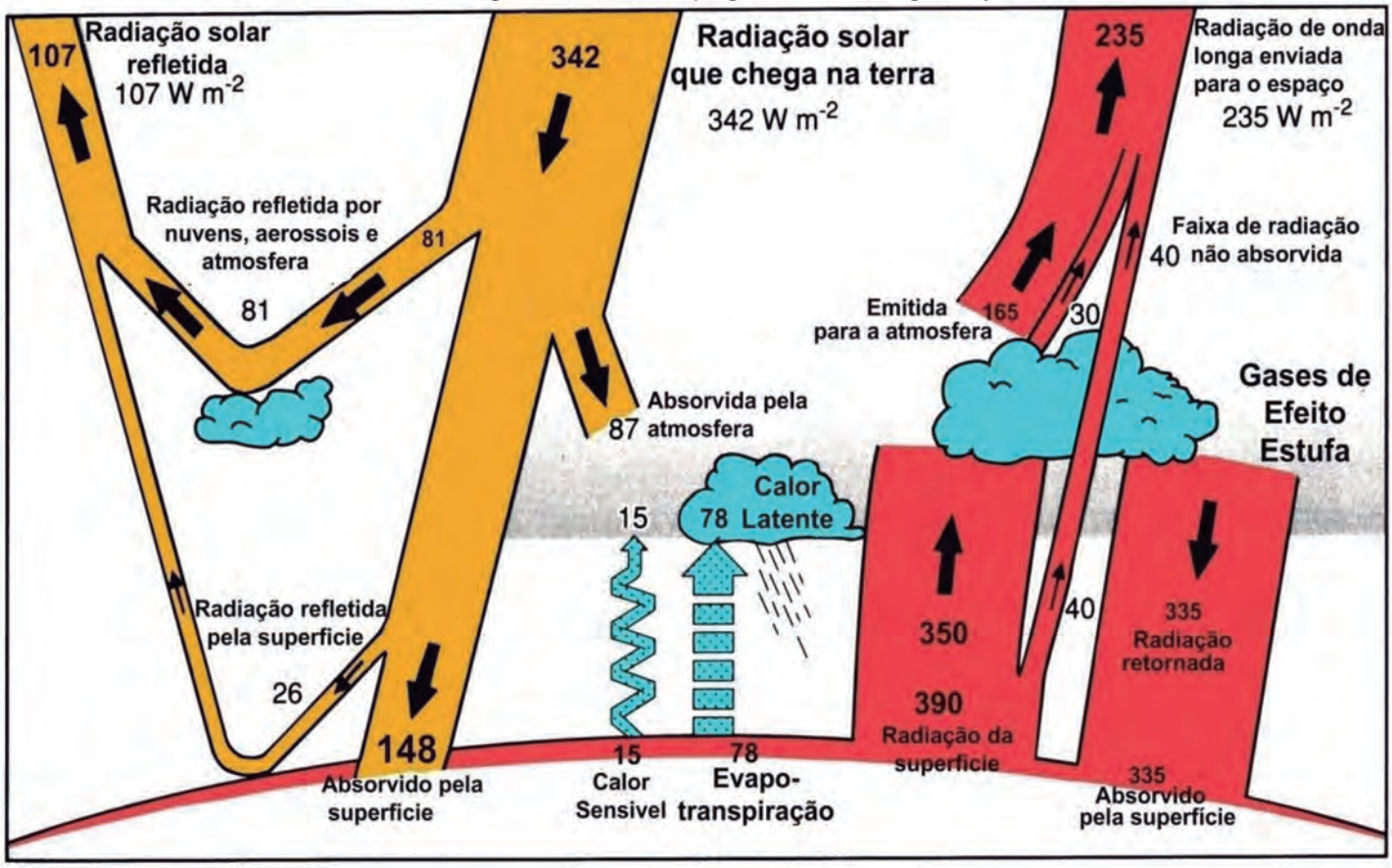
O Brasil é um dos países que mais sofrerá com o aquecimento global, declarou o palestrante e, mesmo assim, o Governo está ameaçando sair do Acordo de Paris. Isso porque o Presidente insiste em desdenhar a realidade do clima, somando-se à lista dos negacionistas. Em fala recente, Jair Bolsonaro disse que manteria o Brasil no Acordo, desde que fosse reavaliado. Entretanto, 184 outros países são signatários do documento, e alterar o seu escopo não está na pauta das organizações proponentes.

O problema em desconsiderar a realidade tem vários efeitos e não é recente. Já em 2012, durante o encontro Rio+20, atividade reflexiva 20 anos depois da Eco-92, realizada também no Rio de Janeiro, a imprensa brasileira deu um espaço representativo para o grupo dos negacionistas. Alguns ocuparam o horário nobre da televisão, em programas de prestígio, para anunciar que o efeito estufa era uma falácia científica. É preciso refletir sobre os reais interesses da imprensa, com esse comportamento, já que fere a matriz jornalística pautada na escuta, sempre, dos dois lados da notícia.

Foto: Marcus Mendes, 2019.

Ao contextualizar sobre a questão do efeito estufa, o cientista chamou a atenção para o infográfico da Figura 4 e explicou que a energia do sol, dimensionada pela largura da seta, é proporcional à quantidade de energia. Mais ou menos a metade chega até a terra, em forma de ondas curtas ultravioletas. Depois de absorvidas, voltam como ondas compridas, chamadas de infravermelhas. Ao subir, encontram os gases de efeito estufa, que bloqueiam a saída da energia e os fazem circular aqui embaixo, mantendo a temperatura. Esse processo é natural; caso contrário, todos congelariam. O desastroso é quando ocorre o aumento de gases.

Figura 4 - O balanço global da energia hoje



Fonte: Apresentação de Phillip Fearnside, Pense Brasil, 19 out. 2019.

Os problemas da Amazônia relacionam-se com a geografia do local. Enquanto o El Niño impacta mais a parte norte da Amazônia, outro fenômeno, do aquecimento do Oceano Atlântico, afeta a parte sul. Em 2005 e, depois, em 2010, os rios praticamente secaram. Não dava para subir o Rio Purus e todas as comunidades ficaram isoladas. A mortalidade de peixes foi um desastre.

O palestrante destacou algumas pesquisas, de vários grupos dos quais faz parte, em Manaus, Acre e no sul do Estado do Amazonas. Referiu-se a estudos que explicam as causas da seca e do fogo. Normalmente, tudo segue o mesmo ciclo: a exploração da madeira, depois o incêndio. O agravante, nesse caso, é a falta de controle. Diferente do emprego da motosserra, que é uma escolha, logo é possível interromper, o incêndio provocado pela seca é mais perigoso. Mas a seca aparece como causa, também, do desmatamento decorrente do uso da motosserra. Não são estatísticas medidas a distância. "Os pesquisadores percorrem o local, está tudo ali para ser visto", diz Fearnside (Fig. 5).

Figura 5 - Imagens das queimadas e do desmatamento

Fonte: Apresentação de Phillip Fearnside, Pense Brasil, 19 out. 2019.

A água, na Amazônia, também precisa ser monitorada. Fernside salientou que o balanço de água, em toda a Bacia Amazônica, registra uma entrada de 10 trilhões de metros cúbicos. Considerando o vento, que na Amazônia segue do leste para oeste, por causa da rotação da terra, principalmente a água que evapora do Oceano Atlântico, vai para dentro da região e cai como chuva, compondo os chamados rios voadores (Fig. 6).

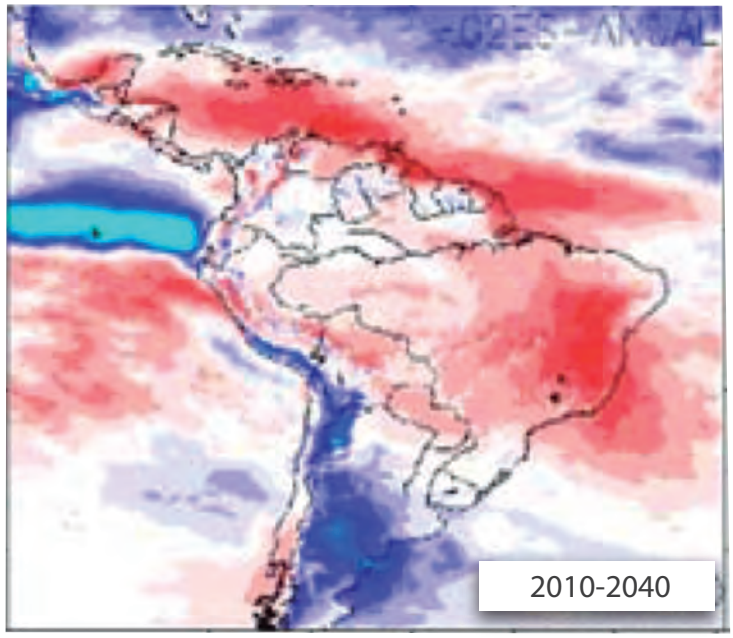
Figura 6 - Fluxos de água na Amazônia

Descrição	Volume de água (trilhões de m³/ano)[a]	Comparação com a vazão do rio Amazonas (%)[b]
Transporte de Oceano Atlântico para dentro da região pelos ventos alísios	10±1	152%
Vazão média do rio Amazonas na foz	6,6	100%
Precipitação na bacia hidrográfica do rio Amazonas	15,05	228%
Evapotranspiração	8,43	128%
Vapor d'água transportado por ventos para outras regiões	3,4 ±1	52%

(a) Valores da revisão de Salati (2001), exceto o último item.
(b) Porcetagem em comparação com a vazão média na foz.
Fonte: Apresentação de Phillip Fearnside, Pense Brasil, 19 out. 2019.

A negação da mudança climática, iniciada em 1992 e intensificada no governo atual, deixa rastros danosos. No final do governo Dilma, um grupo de cientistas preparava importante estudo sobre como as mudanças ambientais afetariam o clima, até 2040, e antes de concluir o que ficou chamado de Brasil 2040, os dois líderes, coordenadores da iniciativa, foram demitidos. Philip Fearnside acredita que o governo queria omitir o dado de que o Nordeste terá 50% menos chuva do que atualmente, até a data final do relatório (Fig. 7).

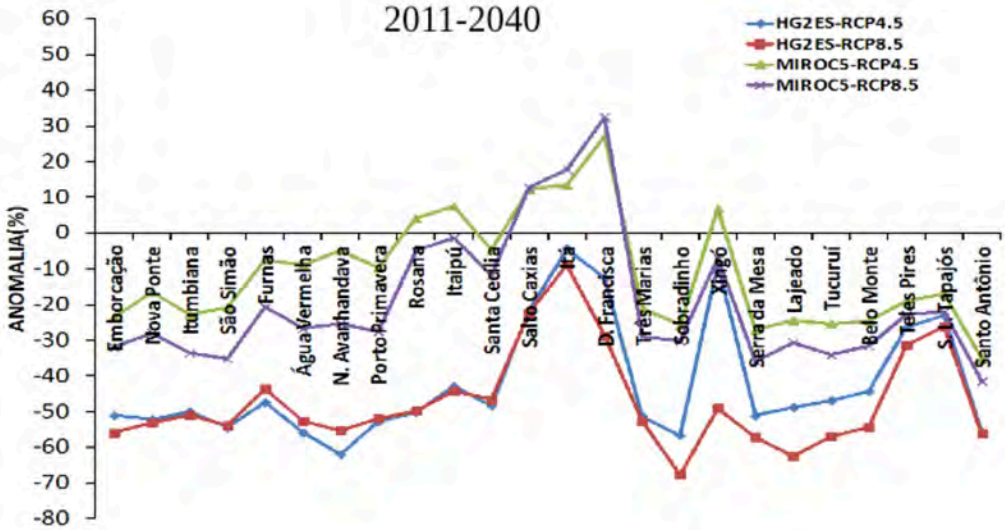
Figura 7: Demonstrativo do clima



www.observatoriodoclima.eco.br/pais-podera-viver-drama-climatico-em-2040
Fonte: Apresentação de Phillip Fearnside, Pense Brasil, 19 out. 2019.

Não está descartada a possibilidade de esses impactos serem antecipados. O *site* Intercept Brasil divulgou algumas informações sobre o Plano Barão de Rio Branco que inclui uma grande barragem de 2 mil megawatts, mais do que o dobro planejado no início da década de 1980, no Rio Trombetas. Essa iniciativa inundará áreas quilombolas e afetará territórios indígenas (Fig. 8).

Figura 8 - Impacto sobre barragens 2011-2040



Fonte: Margulis, S. & N. Unterstell. 2017. Pathways to a low carbon economy in Brazil. Chapt. 12 In: Liz-Rejane Issberner & Philippe Lena (eds.) Brazil in the Anthropocene: Conflicts between Predatory Development and Environmental Policies. Routledge, Taylor & Francis Group, New York, U.S.A. 368 pp.

A certeza do pesquisador é que os recursos ambientais da floresta podem produzir muitos benefícios e evitar o desmatamento e o aquecimento global. Ele enfatizou que é possível reciclar a água e manter a biodiversidade. O PSB e a FJM entendem que o desenvolvimento sustentável consegue contemplar necessidades e preservação, por isso insistem em uma proposta progressista para a Região Norte do Brasil.

Foto: Marcus Mendes, 2019

Foto: Marcus Mendes, 2019.

“ O desafio da Economia Verde é descobrir como gerar atividades econômicas com pleno emprego e renda crescente, a partir de uma base finita de recursos natura”

O Professor Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Eduardo Frickmann Young, seguiu o tom do primeiro palestrante de sua mesa e, ao abordar o tema Meio Ambiente, Economia e Políticas Públicas: Usos Racionais e Sustentáveis dos Recursos do Meio Ambiente, foi crítico. De início, esclareceu que o desafio da Economia Verde é descobrir como gerar atividades econômicas com pleno emprego e renda crescente, a partir de uma base finita de recursos naturais, que têm limites físicos para seu consumo. Depois afirmou ser preciso escapar de raciocínios falaciosos que geram visões e soluções equivocadas.

A fala do economista tentou responder a algumas perguntas há tempo apresentadas pela FJM e pelo PSB. Quanto vale o verde? Como é possível construir uma economia que consiga, de fato, harmonizar a necessidade material de geração de emprego, geração de renda, com inclusão social e respeito aos limites planetários? Qual o papel do povo brasileiro? Para respondê-las, Young construiu uma linha de argumentos. Primeiro, ele anuiu, assim como Phillip Fearnside, que o negacionismo ambiental considera que as questões ambientais não são relevantes ou que, mesmo se consideradas reais, estariam colocadas numa escala de prioridade inferior aos interesses econômicos e sociais. Depois, afirmou que está implícita a visão de que os problemas ambientais são subalternos, e que são "problemas para os ricos". Entretanto, isso distorce a realidade das periferias brasileiras, locais em que a perda de qualidade de vida, por causa da deterioração das condições ambientais, tanto nas favelas quanto nas fronteiras do desmatamento, se manifesta como um elemento adicional da trágica desigualdade social brasileira.

Um dos recorrentes equívocos dos vários governos brasileiros, ao longo dos anos, é se recusarem a discutir problemas ambientais por entenderem que primeiro precisam resolver questões urgentes, como a sustentabilidade econômica e a social. Os diversos chefes do Executivo, mesmo depois da Rio+20, continuam apregoando ser possível separar uma coisa da outra. Para Young, essa é a mensagem do século XXI. Todos precisam pactuar pela não separação dos dois temas. A falácia na assertiva de que desenvolvimento econômico não dialoga simultaneamente com a sustentabilidade ambiental pode ser validada pelo fato de que, sempre que se agravar um problema ambiental, haverá, de maneira correlata, uma desigualdade social, que imediatamente gerará um problema econômico. Esse ciclo é natural e historicamente reconhecido.

Outro ponto relevante é a crença de que interromper o processo de crescimento econômico produzirá benefícios ambientais. Embora corretamente aponte para problemas trazidos por algumas formas de expansão da atividade produtiva, que são predatórias e socialmente excludentes, essa visão ignora que a geração de empregos e renda é crucial para que a sociedade se desenvolva. Em situações de estagnação econômica, os indivíduos desprovidos de meios de subsistência passam a adotar comportamentos cada vez mais desesperados para garantir a sobrevivência.

A Economia Verde, ou Economia Circular, como passou a ser chamada, propõe que o aumento da atividade produtiva resulte em melhoria do bem-estar humano e de equidade social, reduzindo significativamente os riscos ambientais e ecológicos, ou seja, uma economia eficiente no uso dos recursos naturais, socialmente inclusiva e ambientalmente adequada. Trata-se de um modelo de gestão dos recursos que promove a redução das emissões de poluentes; intensifica a eficiência energética; e reforça a conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos.

Não é o caso da mineração, por exemplo. O palestrante explicou que não há agregação de valor na extração mineral. E é por isso que todo enclave minerador entra em declínio, seja porque o produto é substituído ou porque o produto acaba. Quando isso acontece, tudo entra em declínio e fica estagnado. Mesmo sendo uma prática visível, o governo parece ignorá-la.

Entretanto, está claro que o mercado não

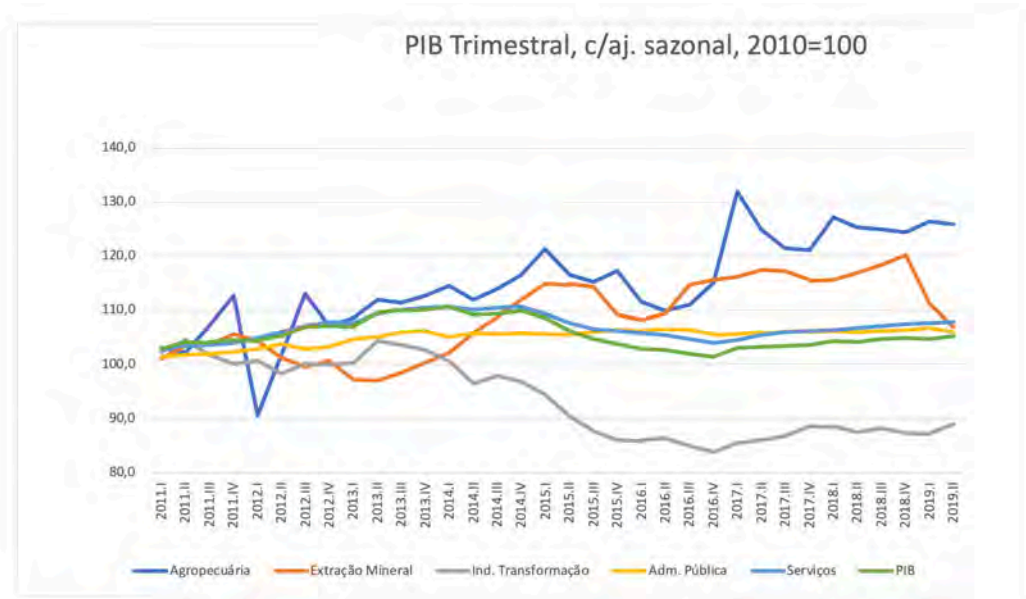
vai se regular sozinho, como acredita o Ministro da Fazenda, Paulo Guedes. Ele é completamente convencido de que o livre mercado resolverá tudo. Experiências empíricas e uma vasta literatura teórica demonstram que isso não ocorrerá. O Estado precisa atuar como fomentador e regulador desse processo. Ao propor sua autorreforma, o PSB colocou esse tema no alto do debate, certo de que o Estado precisa rever seu papel.

Entre os vários exemplos apresentados pelo economista, o uso de agrotóxico foi questão bastante representativa, para evidenciar que a falta de regulação pode provocar danos à população. Ele fez referência a uma pesquisa realizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). O órgão fazia coletas de produtos e, a partir de amostras, identificava quais poderiam ser aceitas. Os resultados mais recentes dessa pesquisa mostravam que um terço dos produtos apresentava agrotóxico. O impactante é que essa pesquisa simplesmente deixou de ser feita. A falta de política pública para regular essa prática do mercado atinge todos os brasileiros.

De volta às questões econômicas, o palestrante reiterou que, gerar valor agregado nos produtos, dentro e fora da Amazônia, é um problema localizado de desindustrialização. "É um problema generalizado", disse ele.

A Figura 9 mostra quem está ganhando e quem está perdendo, nesse modelo de economia, que, segundo Young, produz o equivalente ao que se produzia em 2004 e 2005, mais ou menos, em termos absolutos. Isso significa um retrocesso para uma economia que não era industrial. "A economia hoje corresponde à do século XIX" completou. O palestrante alertou para a linha azul, representativa do desempenho da Agropecuária crescente e esclareceu que, embora a curva da mineração tenha caído, em 2018, trata-se de reação natural de alguns grandes acidentes, como de Mariana e de Brumadinho, mas que a tendência é essa atividade voltar a crescer.

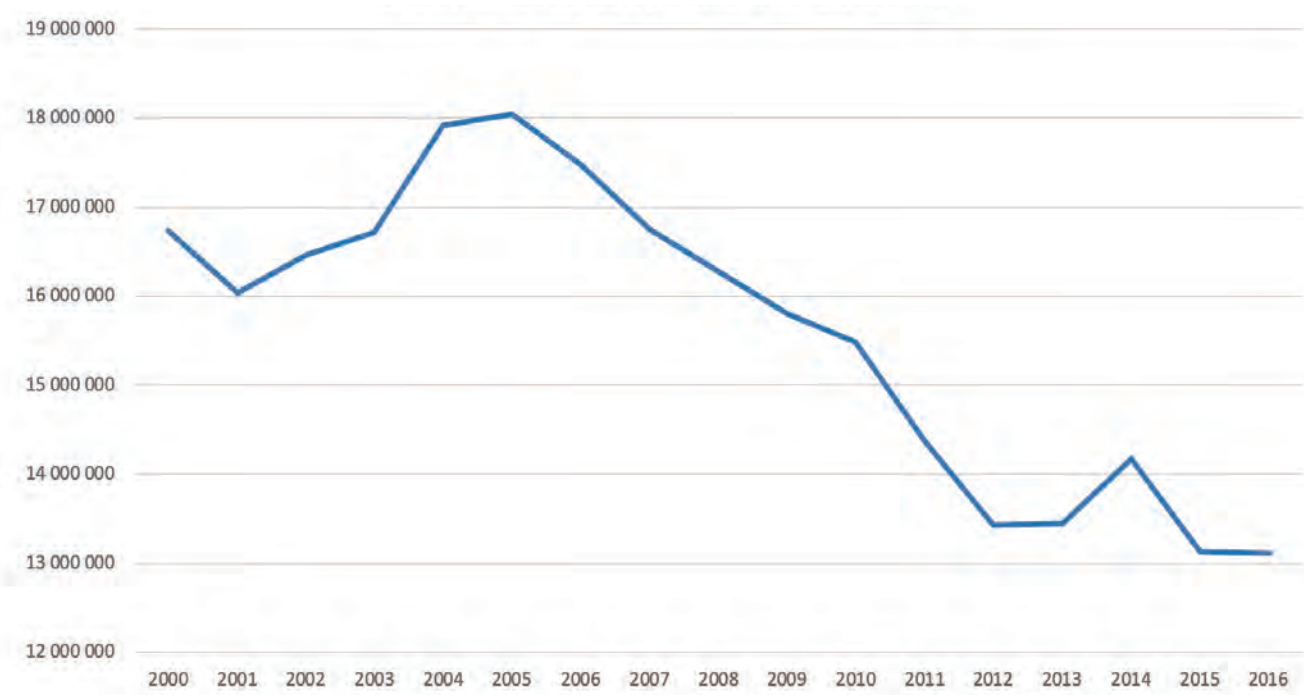
Figura 9 - Produto Interno Bruto (PIB) Trimestral



Fonte: Apresentação do Economista Carlos Eduardo Frickmann Young, Pense Brasil, 19 out.19.

Outro aspecto apresentado por Young que contraria o que tem sido propagado, é a criação de emprego pela atividade agropecuária (Fig. 10). O Brasil está apostando todas as suas fichas no setor que mais desemprega, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O economista é ainda mais assertivo ao afirmar que o agronegócio é um mito.

Figura 10 - Ocupações do setor agropecuário, Brasil



Fonte: IBGE, Apresentação do Economista Carlos Eduardo Frickmann Young, Pense Brasil, 19 out.19.

O professor de economia asseverou, antes de terminar, que o Brasil caminha para uma crise ambiental permanente. Enquanto aumentam as pressões sobre o meio ambiente e os recursos naturais, a capacidade de resposta (do orçamento e pessoal) para a área ambiental é reduzida. Os ganhos de emprego da economia marrom e da renda são negativos e os custos fiscais são crescentes. O descaso ambiental aumenta cada vez mais o passivo fiscal.

Para ele, é fundamental reverter essa tendência. O modelo de economia marrom não é trágico apenas por razões ambientais, mas também por aspectos econômicos e sociais. Os exemplos concretos de economia verde ou circular mostram a geração de energia a partir de fontes alternativas de baixo impacto ambiental; a agricultura orgânica; construções verdes; serviços associados à conservação, como uso público em áreas protegidas, mas, mesmo assim, parece não ser suficiente para convencer os governos a promover uma reversão no modelo político de desenvolvimento econômico.

A agenda do desenvolvimento sustentável, que é pauta prioritária da FJM e do PSB, precisa vir a ser do Brasil.

O papel do Congresso Nacional na agenda ambiental

Alessandro Molon
Deputado Federal PSB-RJ

Camilo Capiberibe
Deputado Federal Amapá/PA

Janete Capiberibe
Coordenadora da Fundação João Mangabeira/AP
Ex-Deputada Federal

" O Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá foi uma grande contribuição do do nosso Estado para o País"

Janete Capiberibe

Foto: Marcus Mendes, 2019.

Foto: Marcus Mendes, 2019.

" A maior contribuição que o PSB pode dar para o Brasil, é apontar esse caminho que acredita na ciência, na tecnologia e inovação, na cultura e no meio ambiente"

O Deputado Federal Alessandro Molon foi intenso, logo na abertura, ao referir-se à coragem da direção do PSB em propor, de maneira audaciosa, "a desinstalação do partido", obrigando-o a se reinventar. Para ele, o Brasil precisa de alternativa para enfrentar sua realidade mais recente.

O parlamentar foi fortemente aplaudido, ao afirmar que a terceira edição do Pense Brasil, com o tema Meio Ambiente: Fronteiras e Profundidades do Brasil Sustentável, não poderia ter acontecido em outro local que não no Amapá. Primeiro pela relação intrínseca do Estado com o tema e, segundo, para homenagear a família Capiberibe.

Convicto da importância de investir em ciência e tecnologia, inclusive para garantir os avanços necessários para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, o deputado contou sobre sua participação, na Câmara, em uma sessão solene em defesa das universidades, e de outro encontro, realizado em Marabá/AP, para debater a realidade da Região Amazônica. "Eu acho que essa semana condensa, nesses

temas, aquilo que eu imagino ser a contribuição que o PSB pode dar para o Brasil; apontar esse caminho que acredita na ciência, na tecnologia e inovação, na cultura e no meio ambiente", concluiu Molon.

Com receio do retrocesso anunciado, o deputado asseverou que o Brasil precisa seguir para frente. No Congresso, apesar de muitos parlamentares atuarem na contramão da história, ainda há muita resistência. Sobre a Proposta de Emenda Parlamentar, a PEC 215, Molon informou que tem sido uma ação constante, desde o ano 2000, conseguir impedir sua aprovação. O documento, se aprovado, proibirá novas demarcações de terras indígenas e ameaça o direito das demarcações já existentes. Alessandro Molon entrou com um mandado de segurança contra a PEC que, embora tenha sido negado pelo Ministro Luís Roberto Barroso, traz a recomendação de mudança no texto por inconstitucionalidade. "Com a pressão social indígena, da opinião pública e dos movimentos sociais, a gente tem conseguido barrar", explicou o deputado.

Molon tem acompanhado de perto a tramitação do Projeto de Lei 6.299, de 2002, que dispõe sobre a pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem, o transporte, armazenamento, a comercialização, propaganda comercial, utilização, importação, exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, registro, a classificação, o controle, a inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins. Segundo ele, mais de 350 agrotóxicos foram liberados este ano, regulados pela legislação atual. O deputado levou pesquisadores da Fiocruz e do Instituto Nacional do Câncer, ao Congresso, para uma conversa em busca de orientação sobre as reais consequências, a partir do acesso a produtos contaminados com agrotóxico, e os profissionais foram categóricos ao afirmar que as pesquisas confirmam haver evidência de que o agrotóxico causa câncer. Alguns parlamentes disseram discordar dos cientistas, mas Alessandro Molon esclareceu não se tratar de concordar ou discordar. A ciência ultrapassa essa questão de simples opiniões. "Isso não é uma ideologia, é ciência", explicou o parlamentar aos seus pares.

O Projeto de Lei do Veneno, como ficou conhecido, não foi aprovado, mas, mesmo assim, informou Molon, muitos agrotóxicos estão sendo liberados. "A gente conseguiu que não piorasse, mas não basta, é preciso avançar", concluiu.

Sobre o Licenciamento Ambiental, está clara a necessidade de uma legislação mais moderna, mas o PL 3.729, de 2004, não qualifica; muito pelo contrário, a proposta afrouxa ainda mais. O tema ganhou relevância depois dos acontecimentos de Mariana e Brumadinho, entretanto, a repercussão não durou o suficiente para uma revisão mais austera da legislação. "Não devemos dissociar ambiente de social, por que o crime ambiental que acaba com vidas humanas, também, destrói o meio ambiente. É um 'ecossídio' e isso inclui vidas humanas", disse o deputado, certo de que esse PL precisa ser barrado, assim como ele vem fazendo.

Nessa mesma linha, outro projeto que precisa ser vetado é o que facilita a venda de terras para estrangeiros. O que está tramitando multiplica por dez a área máxima de terras que podem ser vendidas. "Nós conseguimos impedir, até o momento", comemora Alessandro Molon.

Segundo o deputado, a Medida Provisória 869, de dezembro de 2018, a última do Governo Michel Temer, que dispunha sobre a extensão do prazo para adesão ao Programa de Regularização Ambiental, recebeu tantos adendos que, ao final, o documento "parecia

mais uma árvore de Natal de jabutis". Para Molon, na prática, a Medida anistiaria o desmatamento de mais de 5 milhões de hectares. Conseguir derrotar essa medida, significou uma vitória. Outra vitória do parlamentar foi impedir a transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) e a demarcação de terra para o Ministério da Agricultura. Na pauta mais recente do deputado, está seguir impedindo a facilitação da mineração em terras indígenas.

Uma constatação positiva, feita pelo parlamentar, foi a de que a geração identificada como "y" tem a preservação ambiental como uma de suas causas. "Mesmo que seja ideologicamente conservadora, ou mais à direita, nesse tema ambiental, há uma sensibilidade maior", concluiu Alessandro Molon, ao fazer referência a uma pesquisa do Ibope que constatou que 90% da população brasileira entende que o Congresso e o Presidente da República têm que proteger mais o meio ambiente.

Como representante do PSB no Congresso, o parlamentar anunciou que está tentando consolidar uma política nacional de redução de agrotóxicos; trabalhando pela aprovação do Projeto de Lei do Mar, um bioma que merece tanta atenção quanto a floresta; da PEC que transforma o cerrado e a caatinga em patrimônios nacionais; e pela criação de uma política que consolide o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Molon colocou como uma de suas demandas políticas mostrar que a floresta em pé vale mais do que a floresta derrubada.

Os três deputados: Camilo Capiberibe, Cássio Andrade e Alessandro Molon estão revertendo emendas parlamentares para as universidades federais do Rio de Janeiro, Amapá e Pará, a fim de que essas unidades empenhem esforços na criação de cadeias produtivas a partir dos arranjos locais, com atenção para o desenvolvimento de tecnologias inovadoras que sejam capazes de transformar o País num celeiro de produtos de alto valor agregado e não apenas exportador de *commodities*.

Antes de concluir, o parlamentar lembrou uma frase a ele dita pelo pesquisador Carlos Eduardo Young: "Vai custar caro fazer essa transição para a economia verde, mas vai custar mais barato do que custaria não fazer a transição." É preciso, em algum momento, escolher como investir o dinheiro, se no incentivo a essa transição, com geração de empregos, melhoria na remuneração, garantia de produtos de alto valor agregado com aposta na biotecnologia, ou exportando nossa melhor matéria-prima. O PSB já fez sua escolha e está empenhando em seguir defendendo o desenvolvimento sustentável.

Foto: Marcus Mendes, 2019.

“ Algumas vitórias somente são possíveis com muita articulação”

O Deputado Federal Camilo Capiberibe iniciou retificando o tema de seu painel. Mais do que o papel do Congresso, ele preferia falar sobre o papel das forças progressistas, dentro do Congresso Nacional, que conta com a representação de 32 parlamentares. Para ele, algumas vitórias somente são possíveis com muita articulação. “É preciso ter determinação de resistência e é preciso obstruir. O papel da oposição, muitas vezes, para ajudar o Brasil, é impedir que projetos muito danosos sejam aprovados”, explicou o parlamentar.

As questões do meio ambiente estão sempre ameaçadas, porque a bancada mais poderosa do Congresso é a do agronegócio e eles fazem imperar uma agenda do setor. A Medida Provisória 870, a primeira apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro, no dia 1º de janeiro, por exemplo, propôs a organização da máquina administrativa esvaziando a Fundação Nacional do Índio (Funai). Nos primeiros dias de seu governo, o presidente deixou muito claro qual seria seu compromisso com a preservação e o desenvolvimento da Amazônia.

Avaliando o comportamento do Congresso e do governo, Camilo Capiberibe traçou diferenciais entre liberais, conservadores e reacionários. “É muito diferente você ser conservador e você ser reacionário, você defender o liberalismo econômico e você querer eliminar os direitos da população brasileira, acabar com os instrumentos de regulação”, completou Camilo.

Sobre os negacionistas, tema abordado em outros painéis, o parlamentar citou pesquisa recente mostrando que 85% dos brasileiros acreditam que a temperatura do planeta está aumentando. Outros 72% também consideam que isso decorre da ação humana, evidenciando que a população brasileira tem compreensão muito clara do que está acontecendo no Brasil e no globo. Em pesquisa internacional, feita com 40 países, mencionada pelo deputado, o povo brasileiro apareceu como o que mais se preocupa, dentre todos os pesquisados, incluindo os Estados Unidos e a China, com a questão das mudanças climáticas. No Brasil, 86% da população preocupa-se. No país segundo colocado, 54% da população preocupa-se com o Meio Ambiente. Esse indicador deveria mudar o rumo das políticas públicas para a Amazônia.

Nessa linha, Camilo Capiberibe lamentou o desmonte de todos os instrumentos que apoiam, fomentam ou regularizam o Meio Ambiente. Primeiro, falou sobre o Fundo da Amazônia, depois dos conselhos participativos. Para o deputado, o governo desmantelou os sistemas de gestão do Fundo da Amazônia porque parte significativa dos recursos é destinada ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e para atividades de monitoramento e fiscalização do desmatamento e das queimadas.

Ainda sobre os recursos do fundo, o deputado explicou que uma segunda parte é destinada para o Cadastro Ambiental Rural (CAR), importante para o agronegócio. A menor das partes é destinada para ciência e tecnologia, iniciativa essencial para promover o desenvolvimento das cadeias produtivas e de um modelo de gestão econômica que considere primordialmente a sociobiodiversidade. Os números investidos revelam o perfil da política. Segundo Camilo Capiberibe, R$ 16 milhões foram destinados para as universidades e R$ 600 milhões para o CAR.

Certo de que agregar forças no Congresso é o começo da vitória de uma boa proposta política, o parlamentar citou duas frentes existentes, as quais tem acompanhado: Frente Ambientalista e Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. Além do Fórum Permanente em Defesa da Amazônia.

Para o deputado, são papeis das forças progressistas no Congresso resistir e avançar. Resistir a propostas como a do Ministro do Meio Ambiente que, nas três vezes em que foi ao Congresso, deixou evidente o projeto do Governo de intensificar a mineração na Amazônia, sem preocupação com as reservas. Avançar, investindo em ciência e tecnologia, com destaque para a pesquisa. "O PSB forma uma bancada de luta, que tem freado esses grandes retrocessos que se pretende fazer no Brasil", concluiu o parlamentar.

Foto: Marcus Mendes, 2019.

PENSE BRASIL

MACAPÁ - AP

MEIO AMBIENTE: FRONTEIRAS E PROFUNDIDADES DO BRASIL SUSTENTÁVEL

19.10

9H - 18H30

Teatro Leonor Barreto Franco
SESI Amapá
Av. Desidéreo Antonio Coelho, s/n
Bairro do Trem, Macapá/AP

Acesse as conferências e palestras
https://www.facebook.com/pg/Fjoaomangabeira/videos/

REALIZAÇÃO:

Fundação João Mangabeira

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSB
Socialismo e Liberdade

PENSE BRASIL

Capa em papel Couche Brilho LD 210 g/m em 4x4 cores.
Miolo: Couche Brilho 115 LD g/m em 4x4 cores.
Grampeado. Tiragem: 3.000 unidades

Qualidade Gráfica e Editora
Polo JK - Trecho 01 - Conjunto 03 - Lote 06 - Santa Maria
Brasília - DF | CEP: 72.549-515
Tel.: 61 3386-5199 | www.qualidadedf.com.br
qualidade@qualidadedf.com.br

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-60441-47-1
9 788560 441471

PENSE BRASIL

Fundação João Mangabeira

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSB
Socialismo e Liberdade